



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 223ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Edilson Alencar e Fuad Nacli (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 288/75, veto apostado ao Projeto de Lei nº 04/75, de autoria do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina. Parecer da CCJ., pela manutenção do Veto. — Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhamento de votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é lamentável que o Governador do Estado do Paraná desconheça sua responsabilidade administrativa e simplesmente arguindo a inconstitucionalidade sobre o projeto de lei de nossa autoria aprovado por unanimidade nesta Casa, neste Poder Legislativo, tenha vetado este projeto de lei que autoriza o Executivo Estadual a proceder asfaltamento numa das vias públicas de relevante importância, no município de Santo Antonio da Platina, via pública esta que não excede a 7 km e que liga a sede do município, ao povoado da estação ferroviária. Lamentável que o Governador de um Estado como este, carente de resoluções de uma série de problemas reclamados pelo povo dos 4 cantos deste Estado, tenha a coragem de vetar um projeto de lei que, a nosso ver, nem sequer envolve economia

do erário, e resolve um problema de 40 ou 50 anos, daquele povo.

Pediria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputados dos dois partidos, do meu Partido Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, Partido do Governo nesta Casa, que, como medida da mais alta justiça, como medida de respeito ao interesse comum de uma coletividade, como medida de posicionamento ao mais alto degrau de representação popular, V. Exas., por unanimidade dessem o não apoio ao veto do Sr. Governador do Estado; quem sabe se, ao retornar este Projeto deste veto não aceito pela Casa da representação do povo, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado acordasse para a realidade de que, se pede a resolução de um problema de 50 anos de uma comunidade inteira, ou seja, de Santo Antonio da Platina e de Platina, do meu município. Creio no espírito de representação de V. Exas., ilustres pares de todas as bancadas que, tenho certeza, V. Exas. votarão nesta oportunidade contra o veto apostado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, ao Projeto de Lei nº 04/75.

Fica aqui o meu pedido e a certeza de que terei, em nome do meu povo, o apoio das duas bancadas, na Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. — Em votação. —
Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, pois quer me parecer que não há quorum para a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que a verificação de quorum, no momento, não altera o resultado da votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, não houve presença de número legal, não houve, data vênua, por uma questão de justiça, deverá retornar para o ponto de vista, depois de verificar a presença de quorum, colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, por liberalidade, vai atender a questão de ordem de V. Exa., e fará a verificação de quorum com a chamada nominal pelo Sr. Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 36 Srs. Deputados. Há quorum para as votações. Os Srs. Deputados que votam com o Projeto e contra o veto, queiram levantar-se. —
Mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 224ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quinta-Feira).

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Accioly Neto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Edilson Alencar e Fuad Nacli (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei nº 164/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cyrus Augusto Sperandio, ocorrido ontem na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, requer após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivro Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social e ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Diretor do DER, solicitando seja efetuada vistoria na Estação Rodoviária de Santa Tereza, distrito de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Estação Rodoviária do distrito de Santa Tereza, situada no município de Cascavel, serve a grande número de usuários.

Pelo precário estado em que se apresenta, expõe constantemente o público a perigos físicos, por acidente ou por contaminação, uma vez que as condições de higiene são péssimas. Como se não bastasse, é terrível o mau cheiro que exala de seus sanitá-

rios, possivelmente por falta ou má construção de seus esgotos.

É necessário, portanto, que se proceda uma vistoria na mencionada estação rodoviária, a fim de que possam ser determinadas as medidas saneadoras que urgem, pois os usuários daquele importante ponto coletivo não podem ficar expostos à danosa situação atual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, solicitando o reinício das obras de implantação da rede de água na cidade de Porto Amazonas, conforme sugestão dos Ilustres membros do Diretório Municipal da Arena contida em documento anexo.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente à Secretaria de Administração solicitando a feitura de convênio para reparos nos prédios do Estado localizados na cidade de Porto Amazonas, em que funcionam o Grupo Escolar, o Ginásio e Escola Normal, de acordo com sugestão dos operosos membros do Diretório Municipal da Arena contida em documento anexo.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendendo imperativo regimental, cumpro com satisfação a incumbência de indicar os nomes dos Senhores Deputados Luiz Gabriel Sampaio e Ezequias Losso, para representarem a Bancada da Aliança Renovadora Nacional no Simpósio que a Fundação Milton Campos realizará em Brasília, nos próximos dias 25, 26 e 27 do corrente mês.

Ao ensejo, requeiro de Vossa Excelência, dê ciência ao Departamento responsável para que as faltas às sessões sejam abonadas.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin. — (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito. — (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, terceiro orador inscrito. — (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, quarto orador inscrito. — (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devido a inúmeras queixas e reclamações que temos recebido sobre a obstrução da rua que demanda a Prefeitura até o Palácio do Governo, rua Cândido de Abreu, nós entraremos hoje com um requerimento à Casa, solicitando apoio de todos os Srs. Deputados, para que seja reaberta a complementação desta artéria. Engarrafamento de trânsito tem se dado todos os dias, devido o fato de estar interditada aquela quadra.

Para se chegar ao Palácio do Governo, à Assembléia Legislativa, os motoristas têm que percorrer duas quadras, fazer o balão, para aqui chegar ou para daqui sair.

Pelo que se observa, não há necessidade de manutenção deste trancamento. E ainda nesta oportunidade, quando se fala nos quatro cantos da administração pública, e em economizar petróleo, gasolina, principalmente, se nós somarmos o quanto se gastará a mais, os milhares de carros que deverão passar, cada ano, andando uma quadra e meia a mais para aqui chegar, chegaremos à conclusão de que além da série de inconvenientes impostos, tem o inconveniente do dispêndio de gasolina a mais e uma série de outras coisas. Daí, Sr. Presidente, entraremos com o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista, inúmeras queixas e reclamações recebidas, com referência a interdição da Av. Cândido de Abreu, quarteirão que demanda das imediações da Prefeitura Municipal até o Palácio Iguaçu e Palácio Dezenove de Dezembro, nesta Capital, vem mui respeitosamente, requerer a Vossa Excelência, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a imediata reabertura do trecho da via pública citada.

Termos em que, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1975.”

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente - Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, a politização das classes laboriosas dos estudantes, das donas de casa, é imperativo para o fortalecimento nas instituições democráticas.

Este trabalho deve ser levado a efeito pelos partidos politicamente constituídos. São os diretórios nacionais, regionais e municipais e as fundações vinculadas aos mesmos direitos, competentes, para a realização de cursos, simoísios e palestras que tenham por escopo atingir aquele objetivo.

Diversas promoções nesse sentido foram registradas em ambos os partidos.

Dentre os quais, destacam-se em Curitiba, os Cursos de Formação Política que contaram com ilustres presenças.

Atualmente, leva a efeito o Diretório Municipal da Arena, a II Semana Arenista, iniciada no dia de ontem, quarta-feira, no bairro do Portão.

A II Semana Arenista terá continuidade hoje, com dois temas: “Participação da Comunidade na Política” e “Partidos e Lideranças Políticas”.

E no dia de amanhã, estarão sendo focalizados os temas: “Saúde Pública:

“A Meta do Governo”

Participação do Cidadão na Política Partidária”.

Registramos, desta tribuna Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa satisfação em observar a dedicação desses companheiros arenistas que estão procurando dar de seu tempo para que o regime democrático, seja devidamente compreendido pelo povo da região metropolitana de Curitiba.

Era só Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente - Srs. Deputados.

Tenho a preocupação de falar em meu nome pessoal, exclusivamente em nome do Deputado Nilso Sguarezi, e especificamente para a opinião pública e não para a Comissão de Ética do meu Partido, para a qual peça que tenha a mais ampla e total liberdade de apreciar o “caso” do eminente Deputado, colega de bancada, José Domingos Scarpelini.

(Lendo): “Esta Casa foi surpreendida, bem como o foram os meios políticos da Nação, pelo inusitado pronunciamento e profissão de fé do jovem Deputado Scarpelini, ao defender a legitimidade do AI-5.

Venho ao assunto, para expressar a minha posição meramente pessoal, porquanto a do Partido se fará no formalismo e obedecendo os trâmites legais.

Pessoalmente e como emedebista, sou pela exclusão pura e simples do jovem parlamentar, das fileiras oposicionistas.

Discordo das justificações levantadas não só por serem descabidas inconsequentes e pueris, mas também porque pretendem justificar o injustificável.

Milhares de anos trilhou a humanidade para conseguir a fórmula democrática da limitação do poder e o AI-5 é a negação desta conquista.

É o retorno ao poder na mão de um só homem, com arbítrio de aplicá-lo ao livre sabor das razões subjetivas, fugindo a normatividade dos valores sociais, jurídicos e humanos que na experiência dos séculos a humanidade convencionou.

Combate o comunismo porque representa ela a ditadura do proletariado vale dizer de classe, mas por coerência não podemos permitir que a nossa organização social fique a mercê de um único meio, de uma única vontade.

Um pressupõe o outro.

Atenho-me às afirmações do colega Deputado que afirmou à imprensa, não acreditar na sua punição dentro do MDB. Disse que o MDB não prega a democracia só para o exterior, mas deverá fazê-lo também internamente,

Sofismou com tal acertiva.

Mostrou-se contraditório e incoerente.

Revelou a inconsequência de posicionamento ideológico, que diverge da linha de pensamento político de nosso Partido e até mesmo dos princípios mais elementares de conceitos democráticos.

Senão vejamos:

Ser livre para pensar e expor as idéias não pressupõe, e nem exige irresponsabilidade e inconseqüências.

Liberdade é um direito que termina quando ingressa na liberdade dos outros.

Emedebista é aquele que livremente abraçou a tese de con-

denar o AI-5, como aquele arenista que também o tem para defendê-lo.

Liberdade teve o jovem parlamentar, quando assinou a ficha partidária e adotou o nosso programa estatutário.

Quando assumiu em nome do partido o compromisso de defender seu ideário e programa.

Liberdade também teve para expressar o seu pensamento, e se o Deputado sofreu cerceamento de liberdade, não foi perpetrado tal atentado pelo MDB, mas sim pelas autoridades que o detiveram no seu próprio reduto eleitoral, alegando que desconheciam sua condição de parlamentar.

A sua exclusão do MDB, será apreciada por um Conselho de 50 membros, com direito a recursos e ampla defesa, ao passo que o AI-5, não tem instância, nem defesa e muito menos necessidade de justificar-se porque ele encarna o arbitrio e a força.

Esta é a democracia que o MDB defendeu, o respeito à Lei discutida pelo povo, votada nos parlamentos e que representa as conquistas dos povos livres e do Estado de Direito.

Defendemos um julgamento imparcial e sereno do Deputado Scarpelini, mas exigimos que o nosso Partido, saiba nesta hora o retorno ao Estado de direito.

Aquelas que simplesmente querem o poder como se encontra que procurem o Partido encarregado de defender o "status quo" o MDB, existe e se justifica pelo seu programa e em especial pelo item VI de seu Programa de Ação Política, discutido e aprovado na última Convenção Partidária, letra A, que afirma:

O Movimento Democrático Brasileiro prosseguirá na sua luta:

a) "Pela revogação do AI-5";

b) Pela libertação do homem do medo e da necessidade;

O MDB já se disse e convém ser reavivado àqueles que se esqueceram ou pretendem fazê-lo que "Somos um Partido que busca a Democracia pelo Estado de Direito, sem auxílio da força, pelo império da lei e também da coragem. Os medrosos e pusilânimes, que fiquem pelo caminho. A liberdade não admite o medo e adesismo. Buscamos um poder puro e legítimo para nos servir como meio instrumento de execução de nossos ideais, democráticos e nunca o poder pelo poder".

Como disse, Sr. Presidente, está é a minha opinião pessoal e não para a Comissão de ética do meu Partido, mas para informar a opinião pública deste Estado e do Brasil que assim como o nobre Deputado teve a liberdade, dentro do Partido, para defender o AI-5, tenho, também, a liberdade de pedir a sua expulsão."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Cioni Netto, inscrito.

O SR. JOÃO CIONI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, com poucas palavras, registrar um pequeno acontecimento na região norte do Paraná ontem, mas que, para nós, ele se torna grande devido as grandes oportunidades e aos grandes acontecimentos benéficos que chegam até aquela região através de S. Exa.

O Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar de nosso Estado, Dr. Arnaldo Busato. Tivemos a oportunidade de acompanhá-lo em 3 cidades de nossa região. Na parte da manhã estivemos na cidade do nosso colega Ernesto Gnoato cidade de Iporã, ao meio dia estivemos em nossa cidade Umuarama e na parte da tarde em Cruzeiro do Oeste.

Nessa ocasião, o Sr. Secretário entregou certificados aquela vata região.

Com o aperfeiçoamento que receberam poderão elas levar o conforto aquelas famílias de pequeno e grande porte, que moram nos recantos dos municípios onde, muitas vezes não há condições de percorrer ou digo de recorrer aos médicos de suas cidades por ocasião dos partos.

Estamos falando, desta feita, dos certificados que foram entregues às Sras. parteiras daquela região.

Mais de cem Sras. recebetam esses certificados de aperfeiçoamento.

O nosso entusiasmo é muito grande porque, em outras ocasiões, acompanhados e tomamos conhecimento de alguns serviços prestados por essas senhoras, não por trabalharem mal ou por má vontade, mas as falhas foram, talvez, em razão da falta de aperfeiçoamento.

A partir de ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados encontra-se a nossa região coberta neste sentido. Aquelas, como dissemos há pouco, abnegadas senhoras, aquelas que se dedicam em favor das futuras mães e das futuras vidas que virão, estão preparadas para que tudo possa acontecer melhor, tudo possa correr melhor naquelas famílias pobres que não têm condições, como já dissemos, de chegar até os hospitais. Muitas vezes não é.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa o nobre orador que seu tempo está esgotado e lhe é concedido mais 1 minuto para conclusão.

O SR. JOÃO CIONI NETO — . . . às vezes eles gostam, ou melhor, aquelas famílias gostam de ganhar seus próprios filhos em casa, para terem a oportunidade de zelar e velar pelos demais.

Parabéns, Dr. Arnaldo, aquelas centenas de senhoras também meus parabéns, que a partir de ontem estão preparadíssimas para dar mais alegrias às futuras mães e aparecerem novas vidas, através de seu trabalho, com menos dores e menos dificuldades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador). —

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, nono orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Lê):

"Não chores meu filho, não chores

Que a vida é luta renhida,

Viver é lutar. . .

A vida é longo combate

Que aos fracos abate,

Só pode exaltar."

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, os comentários, as reações, os pedidos e os convites de que fui alvo nestes últimos dias, em função do meu pronunciamento de segunda-feira, ratificado na terça, fez-me antecipar minha volta a esta tribuna.

Em todas as entrevistas que os órgãos de comunicação divulgaram em âmbito nacional, havia sempre a mesma pergunta:—

ESSA POSIÇÃO É RESULTANTE DA SUA DETENÇÃO EM APUCARANA' OU MEDO QUE AQUELA POSIÇÃO VENHA A SE TRANSFORMAR EM PRISÃO MAIS PROLONGADA?

Definitivamente hoje desta tribuna venho responder, esclarecer aproveitar esta oportunidade para oferecer também uma denúncia que considero grave, pelas suas causas e pelos seus efeitos.

Na minha cidade, nunca dei bem com o governo do município, porque o MDB o meu partido, nunca foi governo.

Com isso, e só por isso fui várias vezes processado é bom que se diga, sempre absolvido, porque, eu oferecia à justiça o DIREITO, quando meus detratores ofereciam a FORÇA; mostrava FATOS, quando eles mostravam SUPOSIÇÕES; defendia a MENTIRA; e, enquanto eles preferem o ÓDIO eu pregava o AMOR.

Um dia, depois de muito meditar, me perguntei:— POR QUESÓ EU DEVO SER PERSEGUIDO? POR QUE ESSA PERSEGUIÇÃO AO ÚNICO FILHO NASCIDO EM APUCARANA?

E então chorei . . . chorei e me lembrei do poeta:

“Não chores meu filho, não chores

Que a vida é luta renhida,

Viver é lutar . . .

Prometi a mim mesmo que haveria de me tornar respeitador, que a minha cidade haveria de sentir honrada de mi, e parti para a luta.

Senhores Deputados, aqui estou.

Na luta pela honra não são admitidos os covardes, e pela minha honra nesta Casa, e desta Casa, trabalho pelo Paraná, em especial pela minha cidade e pelo povo que represento.

Alguém disse certa vez: SÓ OS DESPREZÍVEIS SERÃO DESPREZADOS.

Os meus detratores foram desprezados pelo povo e aqui não se encontram.

Mas, como desconhecem outros métodos, continuam com os mesmos: a força e a mentira.

A música fúnebre do ódio continua, agora sob a batuta de um novo maestro, o Capitão Romariz.

Srs. Deputados, este homem foi a autoridade que, usando e abusando de suas prerrogativas, injustamente efetuou minha detenção durante 4 horas longas, ameaçando-me física e moralmente, e também aos meus familiares.

Este homem foi o mesmo que mais recentemente prendeu o ex-Vereador JOSÉ GODOY VIANA, da ARENA, e numa sequência de atos desumanos, e criminosos, espancou, esbofetou, torturou física e moralmente aquele Vereador.

Srs. Deputados.

Tudo isso aconteceu não são suposições.

E POR QUE?

Porque aquele ex-Vereador estava processando o atual Prefeito de Apucarana LUIZ ANTONIO BIANCHI, usando de um direito que a lei lhe garante, defendendo os interesses do povo, defendendo a Revolução que não admite a corrupção, nem mesmo corrupção dos Prefeitos da ARENA.

Permitam-me Srs. Deputados, a leitura de uma DECLARAÇÃO FEITA POR INSTRUMENTO PÚBLICO NO 1º TABELIONATO DE APUCARANA, pela vítima, o ex-Vereador JOSÉ GODOY VIANA.

“Escritura pública de declaração que, nestas notas, faz JOSÉ DOGOY VIANA, na forma abaixo:

SAIBAM quantas esta pública escritura virem que, aos treze dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e cinco da Era Cristã, nesta cidade e comarca de APUCARANA, do Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, Escrivão Juramentado, e o Tabelião, que esta subscreve e as testemunhas no final nomeadas e assinadas, compareceu como outorgante o Sr. JOSÉ GODOY VIANA, brasileiro solteiro, maior e capaz, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, no Parque Bela Vista, portador da cédula de Identidade RG 53032-Pr, e reconhecido como o próprio de mim Escrivão Juramentado, do Tabelião e das teste-

munhas, que também conheço e aí, perante essas testemunhas, pelo comparecente me foi dito que vem a este cartório para declarar, livre e espontaneamente, que ontem, por volta das 14,30 horas, encontrava-se em frente à Câmara Municipal em companhia de Ariovaldo Abreu Zanoni, quando observou a presença de um Volks azul, estando no volante, a paisano, um militar, colega seu do Mini Ginásio 7 de Setembro de nome Cabo Zany (Não foi possível decifrar esse nome) que o declarante foi conversar com o cabo, que é seu amigo, quando saindo da Prefeitura, chegou o Capitão Romariz, do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, e disse logo que o declarante estava preso. Que o declarante pediu para avisar o amigo Zanoni que estava na cantina da Câmara por reem o Capitão ordenou: “Não dê nenhum passo se não te atiro”. 4, que o declarante foi aconselhando-o para não reagir; 5, que, após mandar o Sargento chamar deu uma volta de carro com o declarante e este sentiu que pararam em frente à Prefeitura, saindo o Capitão e o Sargento por uns vinte minutos; 6, que nesse ínterim chegou até o carro o radialista Hélio Chiquetano, e o declarante reconheceu pela voz e lhe disse: “Não tenho trocado para dar de esmola para um cego”; 7, que advertido pelo motobrista do carro o radialista se afastou em silêncio, e momentos depois, voltaram o Capitão e o Sargento, entraram no carro, saíram do carro e pararam num lugar onde o declarante presume ser as imediações do Fórum local, porque o Capitão disse ao sargento que iria falar com o Dr. Rui para pegar a lista de perguntas; 8, que minutos depois, com a volta do Capitão, rumaram para um local desconhecido, que o declarante sentiu ser uma pedreira, pelo barulho das britadeiras e explosões de dinamites; 9, nesse local o declarante foi tirado do carro e conduzido para uma sala, onde ainda algemado e com os olhos vendados, foi ameaçado, e com os olhos vendados, foi ameaçado, esbofetado e torturado, para que o declarante respondesse afirmativamente perguntas referentes a um processo que o Prefeito move contra o Dr. Valter Giavarini; 10, que, diante da negativa das respostas, uma vez que não condiziam com a verdade, continuaram com a tortura; 11, que já tiraram a venda e o conduziram para uma sala, sendo assistida a sua entrada por dois soldados que estavam no local; 12, que nesta sala, foi novamente torturado com choques elétricos, sendo um dos fios preso na algema e outro no pé esquerdo, operação esta feita pelo Sargento Guedes; 13, que exigiam do declarante que disse que o ex-Prefeito Valmor Giavarini havia cometido crimes de responsabilidade durante o exercício do mandato, até mesmo que, a esposa do ex-Prefeito o traía com outros homens, uma vez que o declarante morou muito tempo na casa do ex-Prefeito; 14, que diante da negativa por parte do declarante, aumentaram os choques elétricos quase levando-o ao desmaio por várias vezes; 15, que pretenderam ainda que o declarante assinasse documentos comprometendo o ex-Prefeito, o Vereador Curtisio Ariovaldo de Abreu Zanoni, com membro do MDB, com movimentos comunistas em Apucarana, o que tudo foi negado; 16, que ao final fizeram — no assinar três documentos sem que o permitissem que o lesse; 17, que durante as torturas chegou o Capitão Romariz a prometer um emprego na Prefeitura Municipal de Apucarana caso houvesse colaboração no sentido de implicar o ex-Prefeito; 18, que perguntou ao declarante porque o ex-Prefeito não gostava dele, Capitão, ao que o declarante respondeu que foi por causa da perseguição feita tempos atrás do Walmorizinho, querendo implicar no caso da caminhonete vermelha”.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que está esgotado o seu tempo regimental. Concedo a V. Exa, mais um minuto para terminar sua oração.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (Continua lendo) — “que após o telefonema resolveram colocar em liberdade, acusação em que o Capitão Romariz ameaçou de morte o declarante caso este lhe contasse alguma coisa a alguém, ou conversasse com o ex-Prefeito Valmor Giavarin e por ser a expressão da verdade: Apucarana, 13 de novembro de 1975”.

Assina o ex-Vereador José Godoy Viana, com as testemunhas de praxe.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O mundo das aparências, a ilusão é poderosa”.

Porém, “o medo a ele nos liga” disse um certo chinês. Contudo, Srs. Não se trata de um MUNDO DE ILUSÕES nem de aparências e sim, de fatos reais. Quanto ao medo, nunca foi meu companheiro.

A HISTÓRIA NÃO SE FEZ E NÃO SE FAZ COM OS COVARDES.

Depois de tudo isso e por causa de tudo isso, mais uma vez encontro razões para reafirmar os meus pronunciamentos anteriores que assim se resumem:

“A Revolução vitoriosa se investe legitimamente nos poderes constituintes e as institucionaliza soberanamente, livre de normatividade anterior.

A nossa revolução quis ser um processo em evolução em DOIS PLANOS; O CONSTITUCIONAL E O INSTITUCIONAL.

E citou o AI 5, e ele está aí, vigindo em plenitude do seu art. 6º, § 1º: cômico desta validade, peço hoje, como já o fiz em 8 de agosto último, por outras razões, portanto muito antes de minha detenção arbitrária, a aplicação do AI 5 contra o Capitão Romariz.

Peço hoje, como já pediu o ilustre companheiro Jerônimo Santana da bancada federal do MDB, do Território de Rondônia a aplicação cuja atitude todos louvaram, entendendo como instrumento jurídico legítimo para atingir seus fins. Quero, hoje, Srs. Deputados, pelos motivos da segurança, a salvaguarda das individuais do Exército de Caxias, o Exército Nacional, Insituição a que o Cap. Romariz pertence e não soube dignificá-la.

Sr. Presidente, agradeço a todos os homens de imprensa, à Presidência e aos senhores, pela benevolência de assistirem de uma maneira tão nobre, o simples pronunciamento deste deputado do MDB, que vê como legítimo, dentro do processo revolucionário o AI 5. Porque haverá o momento em que a classe política, se conscientizando disso, levará o país para um momento em que nossa Constituição será a soma dos fatos e dos valores históricos de nossa Pátria.

E rezará e guardará por nós outra Constituição, mas no atual momento é necessário que seja o AI 5.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, décimo orador inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente - Srs. Deputados. (lendo): “Mais uma vida ceifada. Mais uma família enlutada.

Em data de 13 de março do corrente ano, encaminhamos através desta Assembléia expediente dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que fossem fornecidas estatísticas de acidentes ocorridos nos cruzamentos com as vias expressas desta Capital.

Em face da demora do fornecimento de tais dados, e em face do elevado número de acidentes que vinham ocorrendo, apresentamos a este Plenário, outro requerimento que foi aprovado pelos nobres Pares, dirigido ao Secretário de Segurança, a

fim de que determinasse fossem bloqueadas com tartarugas, as ruas de maior movimento, que atravessam as referidas vias expressas, tanto na zona norte como na sul de nossa cidade.

Após nossos expedientes, realmente foram bloqueadas diversas transversas, e pelo que temos observado deu resultado positivo, por não mais ter ocorrido acidentes nas referidas transversas.

No entanto, os acidentes continuam se repetindo nas ruas que não estão bloqueadas, a exemplo do caso presente, em que anexamos um comunicado de acidentes, em que perdeu a vida o Sr. Ivino F. Soares, soldado do Exército Nacional.

Porisso, Sr. Presidente Srs. Deputados, submetemos à aprovação deste plenário, mais um requerimento dirigido ao Secretário de segurança, no sentido de que sejam bloqueadas, de acordo com o croquis em anexo todas as ruas que cruzam as vias rápidas tanto na zona norte como na zona sul, de ambos os lados, a fim de que sejam eliminadas de uma vez por todas, estas desastrosas ocorrências que vêm ceifando vidas e enlutando os lares do Pr.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):— “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Ex.p. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine a colocação de “tartarugas” nas ruas que cruzam com as vias expressas, em ambos os lados destas ruas, adotando esta medida tanto na zona norte como na sul.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN -

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

A Mesa tem a honra de anunciar as presenças dos Srs. João Stanilazuk e esposa, projetores do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, e do Sr. Osvaldo Grande e sua Esposa Regina Zuk Grande, cunhado e irmã do ilustre Deputado.

Indicação do Deputado Ivo Tohmazoni, que indica os Deputados Gabriel Sampaio e Ezequias Losso, para comparecerem no Simpósio da Fundação Milton Campos, a se realizar em Brasília, nos dias 25, 26 e 27 do corrente.

Para a viagem inaugural da Central do Paraná, uma composição que irá à P. Grossa de Apucarana, em todo o trecho, a mesa indica, para representar a Assembléia nessas festividades, além do Presidente da Casa, os nobres Deputados líderes das duas bancadas e os Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prosseguindo o que dissemos ontem nesta Casa, qual seja, a comunicação do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, que realizaram reunião no dia 4 de novembro, que encaminhou como expediente básico para a vida do professor paranaense, reivindicações principais, as quais já comunicamos primeiro, a instituição da gratificação de natal; segunda instituição da aposentadoria por velhice e terceira paridade de vencimentos.

Faremos, nesta oportunidade, a quarta comunicação desses 5 pontos básicos para a classe do professor, enquanto aguarda a aprovação do Estatuto do Magistério do Paraná.

(Lendo): "Tendo decorrido tanto tempo e o Governo do Estado até o presente momento não tenha publicado Ato Deliberatório de Estabilidade, fato esse que vem causando sérios prejuízos e transtornos, motivo pelo qual, vimos expor o que se segue:

Diz o Art. 177 - § 2º da Carta Magna de 1967;

São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos municípios, da Administração Centralizada ou Autárquica que, à data da promulgação desta Constituição contém pelo menos cinco anos de Serviço Público".

Porém, os professores suplementaristas, somente eles, embora servidores públicos com anos de serviço público a 24 de janeiro de 1967 com direitos inquestionáveis aos benefícios do § 2º do art. 177 da Constituição Federal, com eles não foram agraciados, sabemos porém, que o problema não é deste.

Artigo 14 - São estáveis os professores contratados do Ensino de Grau Médio, que, em 24.01.67 tinham, no mínimo, 5 anos de exercício no serviço público, e, serão readmitidos, com a estabilidade que lhes assegurou o § 2º do Art. 177 da Constituição do Brasil

Art. 9º -

Os servidores dos três poderes e entidades autárquicas, através à data da promulgação deste Ato ou que tenham sido admitidos por Concurso de Provas, ou, de títulos e Provas, ficam integrados no funcionalismo, com os direitos e vantagens que já tenham adquirido por leis anteriores."

LEI Nº 10118/68 - "FICAM TRANSFORMADAS EM CARGO as FUNÇÕES exercidas pelos SERVIDORES abrangidos pelo Artigo 9º do ATO das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO.-

Os SERVIDORES abrangidos pelo disposto neste artigo ficam providos nos cargos decorrentes de transformação nene prevista, não estando sujeitos às formalidades de posse e exercício, sendo este considerado, continuação".

Recentemente, a Lei 114/74 (Estatuto do Magistério), em seu Art. 10 das Disposições Transitórias, dispõe:

"Ficam enquadrados em cargos de Professor I, II e III, da carreira do Magistério, de que trata este Estatuto, os professores estáveis, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição do Brasil de 1967, atendidas as exigências de habilitação referidas no art. 19º, ou que sejam portadores de registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, expedido antes da vigência da Lei Federal 5.692/71, de 11 de agosto de 1971".

A douta Consultoria Geral da República, opinou pela Declaração de Estabilidade com base no artigo 177 parágrafo segundo da referida Constituição:

sem alteração do seu regime jurídico.

(Lendo): "Assim sendo, no presente caso, de servidor com mais de 5 anos à data da promulgação da Constituição de 1967, não se pode recusar-lhe a garantia da Estabilidade, vale dizer, garantia de estabilidade ao serviço público, ao nível de professor titular e, isto, o Estado do Paraná ainda não o fê-lo, porém, o MM. Juiz da 15ª Vara Cível, julgou proce-

dente, a Ação Ordinária impetrada por professor suplementarista no dia 15 de agosto de 1975, garantindo-lhes o direito de enquadramento de acordo com a tão propalada lei de Reforma do Ensino, especificamente no artigo 35.-

O art. 177 § 2º da Constituição de 1967, estende a Estabilidade a todos os Servidores Públicos que, à data da promulgação, contém, pelo menos, 5 anos de Serviço Público.

Com o intuito único e exclusivo de informar, transmitimos aqui, a condenação a que o Estado do Paraná ficou sujeito pela decisão da Justiça Paranaense, através do Dr. Zanozi de Quadros Gonçalves:

- a) a publicar os competentes atos para reconhecer a estabilidade dos AA., nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal de 1967, ratificado pelo art. 194 da Emenda Constitucional de 1969;
- b) assegurar-lhes os direitos dos arts. 35 e 39 da Lei 5.692/71 (Diretrizes e Bases);
- c) seja o Estado do Paraná condenado nas custas e honorários do advogado na base de 20 por cento sobre o valor atribuído à causa.

Há meses, havíamos enviado, especificamente no dia 21 de abril, um expediente consubstanciado com as normas imperativas do referido dispositivo constitucional, o qual recebeu de S. Exa., o Sr. Secretário de Recursos Humanos, tanto pessoal, como pela imprensa escrita e falada, os maiores elogios, dos quais o Conselho sentiu-se muito honrado.

Agora, que o Paraná viu de perto uma Ação Trabalhista, impetrada por professores suplementaristas, através da Associação dos Professores do Paraná com sede em Curitiba e a Associação dos Professores Licenciados do Paraná), com sede em Londrina, que tem movimentado a opinião pública, embora o artigo 106 da Constituição Federal, o qual, também deu o direito à estabilidade, está a exigir regime jurídico que discipline a contratação do pessoal suplementar, que, no nosso entender ficou resolvido com a Lei 5.012 que cria o Pessoal Suplementar do Estado, tenha colocado um ponto final na questão em pauta.

Todos os Srs. Deputados sabem que existe uma ação judicial em andamento, e que por certo, terá por uma questão de justiça, ganho de causa a estes professores suplementaristas que, à época da Constituição de 67 tinham o efetivo exercício de 5 anos como professores.

Nós fazemos da tribuna desta Casa, na data de hoje, representando também o Conselho dos Representantes dos Professores do Paraná que abriga em 13 regiões de todo o Estado mais de 17.000 filiados, um apelo ao Governo do Estado para que, através da sua Secretaria de Educação e Cultura atenda pela obrigação dos atos de estabilidade, estes quase 900 professores suplementaristas que têm o direito adquirido pela Constituição de 67.

Eu faria ainda a leitura de um requerimento em que comentamos, na reunião de ontem: (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais requer após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de atender as reivindicações do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, consubstanciadas nas seguintes vantagens e benefícios:

- 1- concessão de gratificação anual ao funcionalismo civil e militar, inclusive das autarquias, correspondente ao valor do vencimento percebido no mês de dezembro, a ser paga juntamente com este. Referida gratificação deve ser isenta de qualquer tipo de desconto, sobretudo do previdenciário;
- 2- aposentadoria voluntária aos sessenta anos, para o professor do sexo masculino, com proventos equivalentes a 80 por cento dos respectivos vencimentos, e aos cinquenta e cinco anos, para professor do sexo feminino;
- 3- o mesmo benefício ao professor do sexo masculino que completar trinta anos de serviço, seja na atividade pública ou particular, ou 25 anos, no caso de professor do sexo feminino.
- 4- acréscimo de 4 por cento por ano seguido de trabalho, até o máximo de cinco anos, até atingir o valor integralmente dos proventos, se na atividade.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.975.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mauricio Fruet. (Declina).

Concedo a palavra, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inúmeras vezes ocupamos esta tribuna reclamando sobre os constantes abusos de poder cometidos pelo Exmo. St. Secretário de Saúde do Estado.

Denunciamos daqui, diversas vezes, atos de perseguições feitos pelo ilustre Secretário a humildes funcionários da Saúde do Paraná.

Na semana passada, num longo depoimento, num discurso que durou quase 50 minutos, esclarecemos a esta Casa, aos ilustres e preclaros pares, representantes do povo das 2 bancadas, os erros que vem cometendo este Secretário de Estado, transformando unidades sanitárias em verdadeiros diretórios políticos do interesse do Partido do Governo.

Não queríamos absolutamente, ser o primeiro a denunciarmos o Secretário de Saúde por abuso de poder, entretanto, não temos outro caminho a tomar, não temos outra opção a abraçar, somos obrigados a propor à Casa, Sr. Presidente, que requeiro o processamento do Sr. Dr. Arnaldo Busato pela falta de respeito não aos nossos requerimentos, mas à Lei que regula as suas obrigações e a sua respeitabilidade como Secretário de Saúde do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para resguardar a nossa posição de representantes do povo nesta Casa de Leis, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, me permite ler o requerimento que na oportunidade darei entrada à Casa. (Lê):—

Senhor Presidente.

BENEDITO LÚCIO MACHADO, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Frei Caneca nº 39, 6º andar, apartamento nº 65, nesta Capital, atualmente exercendo o mandato de Deputado Estadual nesta Assembléia Legislativa e usando das prerrogativas que lhes são conferidas por lei, e tendo em vista, haver denunciado a este poder, por diversas e repetidas vezes ABUSO DE PODER, cometido pelo Exmo. Sr. SECRETÁRIO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, de conformidade com determinação Constitucional desrespeitada pelo acusado, no que se refere e preceitua o art. 20 § 2º da CONSTITUIÇÃO VIGENTE DO ESTADO DO PARANÁ.

Vem mui respeitosamente, DENUNCIAR, e requerer a Douta Comissão Executiva desta Assembléia Legislativa tão brilhantemente dirigida por V. Exa., na qualidade de insigne e respeitável Presidente, a consequente aplicação ao acusado, do que dispõe a lei, 1.079 de 10 de abril de 1950, Diploma este, que, define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, pelo que, expõe inicialmente o requerente, o seguinte:

Que, o acusado, em 27 de agosto do corrente ano, foi requerido por esta Assembléia, com aprovação unânime dos Srs. Deputados, a prestar esclarecimentos sobre locação do posto de saúde de Ribeirão do Pinhal, a inquilino alheio ao interesse da saúde, e quase que se encontra até a presente data residindo no refetido posto, tendo agravado ainda mais o silêncio do Sr. Secretário “denunciado”, pela falta de providências a denúncia efetuada e a manutenção “fraudulenta” arguido.— (Documento número hum).—

Que, da mesma forma, negou-se a fornecer as solicitações, contidas em requerimento, igualmente aprovado por unanimidade deste poder Legislativo em 12 de Setembro deste mesmo ano, sobre diversas providências arguidas pelo réquerente.

(Documento número dois).—

Preclaro Presidente.

Diz textualmente o art. 20 § 2º da CONSTITUIÇÃO VIGENTE DO ESTADO DO PARANÁ; Nos pedidos de informações, os Secretários de Estado, deverão responder a Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias.

A Lei Federal 1079 de 10 de abril de 1950 que define os crimes de responsabilidade e regula os respectivos processo de julgamento, diz em seu art. 1º: SÃO CRIMES DE RESPONSABILIDADE OS QUE ESTA LEI ESPECIFICA.

Artigo 2º : OS CRIMES DEFINIDOS NESTA LEI, AINDA QUANDO SIMPLEMENTE TENTADO, SÃO PASSIVEIS DE PENA DE PERDA DO CARGO, COM INABILITAÇÃO ATÉ CINCO ANOS, PARA O EXERCÍCIO DE QUALQUER FUNÇÃO PÚBLICA, IMPOSTA PELO SENADO FEDERAL NOS PROCESSOS, CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA OU MINISTROS DE ESTADOS, CONTRA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E CONTRA O PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.”

Emérito Presidente desta Casa de Leis, Insigne Deputado PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, o direito há de ser nos termos da Constituição, LÍQUIDO E CERTO, a denúncia que apresentamos não deixa nenhuma dúvida, ela é certa e in-

contestável, conforme se verifica através dos documentos nºs: 1 e 2. O delito esta configurado, consumado, não havendo ao nosso ver, qualquer justificativa que possa proporcionar recursos ao denunciado a contestar, pois o mesmo, sabendo ser crime, passível de pena o não atendimento aos expedientes constante de folhas, procedeu criminosamente, deixando de dar provimento ao requerido por duas vezes consecutivas caracterizando o fato do crime de ABUSO DE PODER.

Afirma a Lei 1079-art. 13 - São crimes de responsabilidades dos Ministros de Estados: "Não prestarem dentro de trinta dias e sem motivos justos, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que elas lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidades."

Complementando, o art. 74 da lei mencionada diz: "constitui crimes de responsabilidade, dos Governadores dos Estados e de seus Secretários quando por eles praticados os atos definidos como crime nesta lei", e, o art. 78 do Diploma legal a que evocamos, afirma em seu § 3º "Nos Estados onde as Constituições não determinarem os processos nos crimes de responsabilidade, aplicar-se-á, com o disposto nesta lei, devendo o julgamento ser proferido por um Tribunal composto de cinco membros do Legislativo e cinco desembargadores, sob a Presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que, terá direito do voto, no caso de empate. A escolha desses membros, do legislativo, deverá ser feito mediante a eleição que deverá processar na Assembléia, e, dos Desembargadores, mediante sorteio".

Senhor Presidente, (Data Vênia), verificando a procedência da acusação, que, neste ato encaminhamos à mesa, contra o "abuso de poder" que sustentamos e aprovamos através de provas irrefutáveis, constantes dos documentos supras citados contra o Senhor "SECRETÁRIO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, consoante ao que determina ainda, o art. 74 § 4º da mesma lei, a tramitação da denúncia deverá ser executada dentro em cinco dias, contados da data em que a Assembléia enviar ao Presidente do Tribunal de Justiça, os autos do processo, depois de decretado a procedência da acusação.

Finalmente requer, (Permissão Vênia) seja pela Comissão Executiva desta Casa de Leis, argumentando o processo sobre a denúncia que ora apresentamos, através de competentes Advogados integrantes do Gabinete de Assistência Técnica da Casa, dando corpo e tito processual ao fato, bem como, concedendo na forma que a lei determinar o direito de defesa ao acusado para em final requerer a condenação do mesmo conforme preceitua a Lei 1079 de 10 de abril de 1950, e demais dispositivos aplicáveis à espécie; que todos os atos constantes da tramitação da presente denúncia, sejam dados vistas ao requerente, até a sentença final.

Termos em que, pede a Vossa Excelência, Deferimento.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista, fatos que desabonam as diretrizes administrativa da Secretaria dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social do Estado, requer, após ouvido o ple-

nário se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando as seguintes informações:

a) Existe, unidade residencial anexa a instalação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Posto de Puericultura" da cidade e município de Ribeirão do Pinhal?

Informo ainda, se é do conhecimento dessa Secretaria, que fazendo uso da sala destinada ao "Médico "Consultório", e demais duas salas auxiliares, se encontram por mais de um ano, ali residindo, por ordem do Prefeito Municipal daquela localidade, um dos Vereadores à Câmara Municipal, isento de qualquer obrigação de pagamento de aluguel, luz e água, bem como outros e indenizações comuns de locação residencial.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

Que mude Ministros se for necessário entretanto não deve se mudar nunca os destinos gloriosos de um Estado como esse, essencialmente agrícola Vice-Rei da Cafeicultura do País.

"Senhor Presidente.

Após este preâmbulo usando dos direitos que lhes são conferidos por Lei e tendo em vista o grande problema que poderá colidir não só para a Capital do nosso Estado mais acima de tudo para o campo rural, que sofre o seu esvaziamento, proponho à Casa o seguinte Requerimento: solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Bem Estar Social para mais tarde poder apresentar sugestões amenizadora para o problema principalmente característico do êxodo rural.

SÚMULA:

Requer ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Bem Estar Social, providências no sentido de dar conhecimento ao requerente as seguintes informações:

a) Quais as providências que vem sendo tomadas por esta Secretaria com referência ao combate a proliferação de mocambos e favelas que segundo se observa tem aumentado assustadoramente nas zonas suburbanas dessa Capital.

b) Quais são as espécies de atendimento social que vêm sendo proporcionado pelo seu Departamento específico aos habitantes das favelas aludidas na letra "a" e principalmente àquelas famílias recém-chegadas do interior e que se unem aos atuais favelados da Capital.

c) Quanto a prestação de serviços médicos e hospitalares qual foi o número de atendimento ocorrido nos últimos 60 dias a pessoas desprovidas de recursos.

d) Que providência vem sendo tomada pela Secretaria de Bem Estar Social sobre locação de emprego e outros atendimentos ao trabalhador desempregado principalmente os vindos do interior.

e) Quais as diligências mais importantes tomadas no atual período administrativo e principalmente nos últimos 3 meses até 31 de agosto, para a Resolução dos seguintes problemas.

I - posição de mercado de trabalho e condições de locação do trabalhador afastado.

II - atendimento social aos menos favorecidos em toda sua extensão.

III - consecção de aparelhos visual, ortopédicos etc.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

Era só, Sr. Presidente, - (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem). Sr. Presidente, queria, neste instante, antes de atacar o preclaro Secretário da

Saúde, gostaria de saber se os requerimentos que certificam que o Sr. Secretário agiu da forma exposta pelo Sr. Deputado Lúcio Machado, e pediria a V. Exa. que tomasse as providências para sabermos da veracidade dos fatos, por que muitas vezes por questões inopinadas, um Secretário é atacado, sem merecê-lo.

Então, respeitando o nosso companheiro Lúcio Machado, quero que S. Exa. trouxesse a esta Casa a data em que o Secretário foi cientificado e faltou com o respeito a esta douta Assembléia Legislativa. Que V. Exa. também tomasse as providências para que não se atacasse injustamente um homem do gabarito de Arnaldo Busato.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao ilustre Deputado Gabriel Manoel que os documentos requeridos serão oportunamente encaminhados a S. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de quorum, para ver se podemos prosseguir a sessão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que desconte o tempo da chamada nominal para que não seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE — Antes do Sr. 1º Secretário proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, tenho a honra de noticiar a presença neste plenário de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Francisco Beltrão.

— (É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Havendo número legal prossegue a sessão. Com a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que um Deputado Estadual, com a representação pesada de sua região e que todos os dias, como se num sacerdócio constante no exercício do mandato, busca resolução, pelo menos denuncia os problemas dessa região que representa, tenha que vir à tribuna desta Assembléia Legislativa do Estado requerer e pedir o processamento de um de seus Secretários por falta de cumprimento de seu dever, de suas obrigações legais.

A grande verdade é que sabemos que, há mais de dez anos, desde a mudança de estrutura da função do homem público nos cargos eletivos, e a representação popular esvaziou-se de sua condição de resolução do problema do povo; entretanto, permanecem os homens do Legislativo, com esta responsabilidade de sempre olhar pelo povo, com seus representantes. Se medidas não tomarmos contra abusos de poder, desses que se enriquecem e se enobrecem com a posição em que se encontram, o poder desaparecerá por completo, e o povo ficará terminantemente sem qualquer forma de representação.

O SR. LINEU TURRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, quero congratular-me com V. Exa. por tomar esta posição, porque não é só a defesa do seu trabalho que V. Exa. reivindica em contrapartida à atenção do poder competente, mas, é até o desprestigiamento desta Casa porque, naturalmente, o Pedido de Informações de V. Exa. foi aprovado por esta Casa e o Sr. Secretário menosprezou a autoridade do Poder Legislativo, e o que está ocorrendo com V. Exa. também ocorreu comigo. Havia feito um Pedido de Informações a um Secretário de Estado com relação a um convênio que ontem debatemos aqui, e que já vai para mais de 30 dias, e, este Pedido de Informações não teve resposta.

De forma que eu vejo uma negligência das funções de Secretário de Estado, ou então o menosprezo para o Poder Legislativo. E nós queremos acrescentar mais, nobre Deputado.

Criticamos as omissões, quando o Governo assim faz, omi-

tindo-se nas suas obrigações de empreender com precisão os serviços públicos; criticamos também, quando ele faz erradamente. Mas eu queria acrescentar o seguinte: que, num argumento sofismático, sempre e sempre os homens que defendem o Governo dizem que nós criticamos o Governo quando ele faz, e criticamos quando ele não faz.

Mas será que eles não pensam, não se preocuparam em pensar que, se nós criticamos quando eles não fazem é porque não fizeram, e que, se nós criticamos quando fizeram, é porque fizeram erradamente?

Eu, há dias fui criticado por um repórter político de minha região, por uma defesa que eu fazia em favor do povo da minha região. O que eu fiz? Encaminhei a este repórter político, o expediente relativo às providências que eu tomara, em favor da causa que ele também defendia, como justa. Pensei receber uma resposta, de que eu houvera feito uma defesa talvez deficiente, porém, o repórter não fez crítica alguma, à minha defesa.

Assim devem pensar os homens que defendem o Governo: se eles não fizeram as coisas que deveriam ter feito, devem pensar — será que não fizemos mesmo? E, se as fizeram, devem pensar — será que não as fizemos erradamente?

Era este o aparte, Sr. Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — O aparte de V. Exa. caracteriza perfeitamente a nossa luta como homem de oposição quando criticamos os fatos do Governo, criticamos porque, com antecedência, analisamos que no se fazer o Governo errou. Quando criticamos o que não é feito pelo Governo, porque vimos que há muita coisa a se fazer neste Estado, inclusive há poucos instantes, com o devido respeito à Mesa Executiva, uma vez mais vamos ver, senão a oitava, nona ou décima vez, a inauguração de uma mesma obra, a Central do Paraná. Porventura a Oposição poderá ficar calada diante de tantos erros, a tantos deboches, a tanto desrespeito ao povo do Paraná?

É a bandeira da Oposição, representar o povo, falar em nome do povo, apontar erros que o povo quer que se aponte, dizer palavras que o povo quer dizer ao Governo, dizer ao Governo aquilo que ele deve ao povo em troca daquilo que ele paga nas contas de todos os dias.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Assiste a V. Exa. toda a razão quando toma esta atitude contra o Ditador Secretário de Saúde, e Bem Estar Social, Sr. Arnaldo Busato. Deveria ter feito este Deputado que o aparteia há muito tempo, mas querendo cooperar, querendo ajudar e com um fio de esperança no bom senso deste Secretário de Saúde, esperança porque ele, como nós, teve assento nesta Casa e foi Deputado e representou o povo, não sei se ele pediu informações a alguém. Se não pediu é que não trabalhou pelo povo, porque se o fato de pedir informações ao Secretário, é querer cooperar com o Governo do Estado, é a oposição, isto que nós fazemos.

V. Exa. há 60 dias espera uma informação, este Deputado tem até vergonha de falar, que espera uma informação de S. Exa. o ditador Secretário de Saúde e Bem Estar Social há sete meses e o pedido de informações para cooperar com o Governo, para que o Governo faça, através do órgão de Saúde e Bem Estar Social até a cidade de Janiópolis, ver o que está passando aquele povo, o clamor daquele povo. Fico até entristecido e chego até a não compreender, não entender e como existem deputados a defender a integridade do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social que quer fazer desta Assembléia, destes Deputados, como se nós fôssemos moleques, irresponsáveis, como se nós estivéssemos aqui meramente a passar sem representação alguma do povo. Concordo com V. Exa., assiste, repito, a V. Exa. inteira razão, este Secretário tem que saber que esta é Casa de representantes do povo e não Casa de moleques.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, agradeço o seu aparte e foi muito importante a sua afirmativa em dizer que admiro, que ainda tenho Deputados nesta Casa com responsabilidade de representante do povo, como todos os Srs. que procuram defender o Sr. Arnaldo Busato, que caracteriza perfeitamente o abuso do poder, através de denúncia feita por nós, com juntada de documentos que reveste esta denúncia, de fatos incontestáveis.

E ao vermos a bancada do Governo, com um revestimento por parte da própria liderança, quando denunciemos daqui o Sr. Secretário Arnaldo Busato, vemos que a bancada do Governo está sentindo que está humilhada, está sentindo que está sendo enxovalhada pela falta do cumprimento de um dever, por parte de um Secretário de Estado.

E nós que vemos, até admiramos, o sacrifício, a abnegação, do ilustre Deputado Gabriel Manoel, que por uma condição de amizade e respeitabilidade pela pessoa do Sr. Arnaldo Busato, se desdobra na constância de todas as nossas denúncias, procurando uma forma para defendê-lo. Mas nós sabemos que está caracterizado, que o preclaro e inteligente Deputado Gabriel Manoel, está assim procedendo, simplesmente por amizade ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, está agindo contra a lei. Porque aqui é uma Casa de Lies, é uma Assembléia Legislativa, e aqui, a gente faz com que respeitem as Leis, porque aqui se cristaliza o Poder Executivo, aqui se dirigem os trabalhos do Executivo. Nós não admitimos de forma alguma que se levante em defesa de um crime que está configurado por diversas vezes, e está provado...

O SR. CIONI NETTO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Há poucos instantes, ouvimos o aparte do ilustre Deputado Lineu Turra, que dizia o seguinte:

Será que a bancada situacionista, os ARENISTAS, não percebem, não vêm os deputados que nós criticamos quando o Governo não faz as coisas, e se faz e nós criticamos, a bancada não enxerga que o governo fez erradamente. E eu pergunto aos meus colegas, aos companheiros de trabalho, ao ilustre deputado Lineu Turra, V. Exas, quando criticam, ou criticaram, já pararam um pouquinho para pensar, se as críticas de V. Exas. são benéficas, são construtivas e se estão certas? E responderei com muito prazer ao nosso companheiro de trabalho, e ao nosso companheiro Jayme Carvalho que representa Goioerê, que se nós defendemos S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar é porque encontramos em S. Exa. a amizade, sim. Porque, temos amizade com todos os Secretários e com todos os demais 53 Deputados desta Casa, porque aqui não viemos para implantar o ódio. Viemos para dar uma "mãozinha" a nosso Estado. Viemos tentar ajudar um pouco a construir melhor o amanhã de nossos filhos.

É porisso, Sr. Deputado, que defendemos Arnaldo Busato, como amigo que é, mas mais ainda porque S. Exa. é eficiente, é capaz, é íntegro.

Obrigado, nobre deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sou eu quem agradece o aparte de V. Exa....

O SR. LINEU TURRA — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Gostaria de analisar o ponto de vista de V. Exa. quando se refere "à amizade", como o único fator, como único ponto de harmonia na estrutura humana. Nós que exercemos a função de advogado popular, às vezes, temos que tomar posição contra nossas mais evidentes amizades, para que as injustiças não sejam cometidas.

No meu requerimento, onde peço processamento do Sr. Secretário de Saúde Arnaldo Busato, por abuso de poder, faço anexar os dois outros requerimentos que, até agora, não foram respondidos.

E para provar que esses requerimentos fundamentam uma atitude de interesse do povo, me permito, neste momento, a ler pelo menos alguns itens das indagações que fazemos ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotada a Hora do Expediente. No entanto, concede-lhe mais 2 minutos para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

E para provar a esta Assembléia, que quando requeremos alguma coisa, quando requeremos, quando indagamos sobre algum fato, quer ao Sr. Governador do Estado, quer aos Srs. Secretários, ou aos organismos deste Governo, é porque se tratam de fatos ligados ao interesse comum, ao interesse de nosso povo.

Jamais um Deputado aqui viria para satisfazer seus interesses pessoais, seus interesses particulares, requerer isto ou aquilo, a qualquer Secretaria de Estado.

E nossos requerimentos são baseados em reclamações do povo. E são decorridos mais de 60 dias que os apresentamos — não os 30 dias concedidos pela Lei — e até hoje não recebemos resposta.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Não concedo aparte a V. Exa. porque está esgotado o tempo que me é concedido.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui a confiança de que todos os Srs. Deputados, todos sem distinção, os 54 integrantes deste Poder, em resguardo à Assembléia Legislativa do Estado, em resguardo à função deste Poder, Poder constituído através da escolha, pelo voto direto, do povo do Paraná.

Apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a tramitação deste meu requerimento seja feito em rito processual, da forma que determina o diploma legal. E apenas e acima de tudo, que o Paraná receba o nosso trabalho, em favor do povo e pela lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/74, de autoria do Deputado Wilson Figueiredo Fortes, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Maury Rodrigues da Cruz, Parecer favorável da CCJ., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, pela posição já adotada no plenário desta Assembléia e para ser coerente com o voto proferido na Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto é contrário a este e a todos os projetos que concedem título de cidadão honorário.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 053/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo, admitir sob regime de CLT servidores que por excederem o limite de idade não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CJ e favorável da CRH. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 128/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 57/75, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para mediante escritura pública de doação, reverter ao patrimônio do município de Primeiro de Maio, a data de terreno que especifica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 147/75, de autoria do

Poder Executivo, mensagem nº 90/75, encaminhando anteprojeto de Lei de que altera dispositivos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, na parte referente a férias do funcionalismo público civil do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e CRH, com Emenda de Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação a Emenda. — **Aprovada.** — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de lei nº 164/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 94/75, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA. Pareceres favoráveis da CCJ e CF., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 110/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 154/75 que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Japira, objetivando melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 111/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 157/75, que aprova Convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria do Interior, com o município de Corbélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 175/75 que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Engenheiro Beltrão, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 113/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 185/75, que aprova Convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de reparos em prédio onde funciona estabelecimento de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 114/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 222/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá, objetivando reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 115/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 232/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 116/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 234/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Diamante

do Norte, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Diamante do Norte, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural D. Pedro I, a Escola Rural Estadual do Maracanã, a Escola Rural Estadual Presidente Artur da Costa e Silva, o Ginásio Estadual de Diamante do Norte e a Escola Rural Estadual Princesa Isabel, da sede daquele município.

Art. 1º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 234/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a Esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 11 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural D. Pedro I, a Escola Rural Estadual do Maracanã, a Escola Rural Estadual Presidente Artur da Costa e Silva, o Ginásio Estadual de Diamante do Norte, e a Escola Rural Estadual Princesa Isabel, da sede do referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 117/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 238/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Paranavaí, objetivando execução de reparos em prédios estaduais, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paranavaí, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcio-

nam o Grupo Escolar Newton Guimarães e o Ginásio Estadual Sumaré, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 238/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a Esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paranavaí, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Newton Guimarães e o Ginásio Estadual Sumaré, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 118/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 243/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração, e o município de Joaquim Távora, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Francisco Benedetti, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 243/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Francisco Benedetti, da sede do referido município.

Cumpra assim, o Senhor Governador a determinação cons-

titucional contida no item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 119/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 248/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Mallet, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 119/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Mallet, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Nicolau Copérnico, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 248/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mallet, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Nicolau Copérnico, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cyrus Augusto Sperandio, ocorrido em Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei nº 164/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, bem como ao Sr. Diretor do DER, encarecendo seja efetuada vistoria na Estação Rodoviária de Santa Tereza, distrito de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Administração, encarecendo a feitura de convênio para que sejam efetuados reparos nos prédios do Estado, localizados em Porto Amazonas, em que funcionam o Grupo Escolar, Ginásio e Escola Normal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que sejam reiniciadas as obras de implantação da rede de água na cidade de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja desubstruída a Avenida Cândido de Abreu, nas imediações da Prefeitura Municipal até o Palácio Iguazu e Palácio Dezenove de Dezembro, nesta Capital. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de atender as reivindicações do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que determine a colocação de "tartarugas" nas ruas que cruzam com as vias expressas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de aplauso e congratulações ao comentarista Doutor Cândido Martins Manoel de Oliveira, pela maneira patriótica com que orientou seu programa de televisão em data de hoje, pelo Canal 4 - TV Iguazu. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para discutir), Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero reiterar um pedido já feito, para que a Mesa providencie os reparos necessários nesta tribuna, proquanto atualmente é impossível para o orador fazer a leitura de um documento, uma vez que a luz está colocada em posição inversa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Deputado Leopoldo Jacomel objetiva dar um voto de aplauso ao ex-Deputado, ao ex-Secretário de Educação, hoje comentarista político da TV Iguazu, Canal 4, o eminente Secretário da ARENA no Estado do Paraná, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, porque teria ele, no dia de ontem, num programa radiofônico, como diz o requerimento, com muita felicidade, afirmado que a nação brasileira se encontra num clima de paz, segurança e tranqüilidade.

Conheço as virtudes pessoais, os dotes oratórios do eminente homem público Cândido Manoel Martins de Oliveira, na sua condição atual de comentarista político.

Mas, como homem de partido, não concordo com as afirmações proferidas no programa de ontem e baseio a minha discordância não em argumentos meus, mas por um dever de consciência, principalmente por um dever de homem que tem uma religião e que acredita nos princípios que esta religião determina e que, para basear esta minha discordância, Sr. Presidente e Srs. Deputados, passarei a ler não afirmações minhas, mas, da Comissão Episcopal Regional Sul, dos Bispos do Brasil, de São Paulo, documento elaborado entre 27 e 30 de outubro último, que assim diz: (Lê):

"NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO".

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo que nos manda anunciar "aos cativos a redenção, aos oprimidos a liberdade e publicar o ano da graça do Senhor" (Lc 4,19), nós, Bispos da Igreja neste Estado de São Paulo, reunidos em Assembléia, em união com todo o povo de Deus, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, seqüestros, assaltos, e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquietando a população de São Paulo.

Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam geralmente a forma de verdadeiros seqüestros, pelo recrudescimento das torturas acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público, por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretextos de defender e manter a paz e a tranqüilidade da sociedade, alegando seus patrocinadores estarem alicerçados em princípios cristãos.

Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos das vítimas das prisões e torturas, e participamos da angústia de seus parentes e amigos, reiteramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodosqui (SP), "TES-TEMUNHO DE PAZ", de junho de 1972.

"Falharíamos a um imperativo de consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, dizendo como o profeta: "NÃO TE É LÍCITO" (Mc 6,13)".

"NÃO É LÍCITO efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós, sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal..." (Df. Constituição — 1969 — Art. 153, § 13).

"NÃO É LÍCITO utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas... métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilação, à quebra da saúde, e até à morte, como tem acontecido..." (Cf. Constituição — Art. 153, § 14)".

"NÃO É LÍCITO privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-lo mediante ameaças nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar, pro tempo indeterminado o processo regular, quando nossa Carta Magna, expressamente determina que "a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos a ela inerentes" (Art. 153, § 15)."

"NÃO É LÍCITO a qualquer outra autoridade, sobrepor-se à consciência dos juízes ou criar impedimentos ao livre exercício de sua função".

"Lamentamos também, de modo especial, a suspensão da plena garantia do "Habeas-corpus". Colocamo-nos ao lado dos que pleiteiam o retorno total dessa garantia. É exatamente sua falta que contribui não pouco a criar e a manter um clima de insegurança de pessoas que se sentem ameaçadas de prisão e maus tratos até sob meras suspeitas ou por engano.

Insegurança de famílias inteiras, impossibilitadas de obter durante meses notícias de membros seus, presos. Insegurança na própria sociedade incapacitada de confiar naqueles que têm a responsabilidade de sua proteção."

"Estas nossas advertências brotam do mais profundo da consciência humana, expressa na Declaração Universal de Direitos do Homem, eco direto da palavra de Deus, "Não matarás".

"Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

"Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Esta nossa atitude de reprovação a esses e a outros atentados contra o homem não nos exime de reconhecer a parte de responsabilidade que nos sabe pela situação porque passamos

e pelos sofrimentos de nossos irmãos, por causa das nossas omissões na defesa permanente dos direitos da pessoa humana. Como o publicado do Evangelho, suplicamos também: "Tende piedade de nós, pecadores".

Isto nos leva a propor alguns gestos concretos:

Manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país. Igreja e Confissões Religiosas, Pontifícia Comissão "Justiça e Paz", Sindicatos, Imprensa, Universidades", Ordem dos Advogados do Brasil, Corporações, Profissões e Estudantes, Movimentos de Não-Violência, e com todos aqueles que nos Poderes Constituídos, nas Forças Armadas e na sociedade em geral se sentem feridos em sua consciência de homens, por esta situação.

Conclamamos o Povo de Deus a comparecer no dia 2 de novembro nas Catedrais das Dioceses, à Missa vespertina por intenção dos desaparecidos que sofrem nos cárceres, e por alma dos que morreram vítimas de qualquer tipo de violência. Em todas as Missas do dia 2 a 9 de novembro, nas Paróquias de nossas Dioceses, faça-se a leitura deste documento.

Como expressão da penitência e súplica do povo e dos bispos do Estado de São Paulo, convidamos a todos para um dia de oração e jejum na sexta-feira, 14 de novembro, pedindo a Deus pela Paz e pela Justiça em nossa Pátria.

Convidamos nossos irmãos de outras Confissões que se unam a nós em suas preces, pelas intenções expostas.

Dirigimo-nos aos que detêm maior parcela de responsabilidade por esta situação, instando em nome de Deus, a quem os pensamentos e intenções dos homens não são ocultos e que cada um há de julgar segundo as suas obras, para que se coloquem com atos e palavras, em favor da defesa e afirmação dos Direitos Humanos, tanto no Judiciário como no Legislativo e Executivo.

Terminando esta mensagem, lembramos aos opressores a palavra da Escritura:

"Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra".

"Não oprimas o teu irmão".

Certos de que "a atribulação produz a constância, e esta, a esperança, confiamos que os homens de boa vontade escutem nossa Palavra de Pastores.

Itaici, 30 de outubro de 1975."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estas palavras foram escutadas pelos homens mais insuspeitos desta Nação, para defender, da data de 14 de setembro corrente, produziu este lindo artigo que deve constar dos Anais desta Casa, numa oportunidade desta quando se diz, e se defende que existe tranquilidade neste País.

O que faria ressuscitar agora essa sentença, aparentemente era a breve notícia de que nesta mesma Paulicéia, em que a morte de mais um, menos um, poderia passar tão despercebida como a famosa edath of a salesman, acontecerá o imprevisto, o proibido, o arriscado. O anacronico. Uma greve.

Um protesto de estudantes,

Desses dependentes vivos de uma legião

A notícia do jornal

a princípio quase despercebida, ecoou logo pelo país inteiro, como uma bomba.

Os boatos começaram a cirandar de boca em boca, de ouvido a ouvido, como acontece sempre que se amordaçam as bocas da imprensa e se alargam os ouvidos dos curiosos. Os arraiais políticos estremeceram.

Mas as tribunas se contiveram, com medo de que a casa caísse.

As redações e os estúdios regoitavam de notícias, mas os jornais e as transmissoras orais pareciam atacadas de mudez.

Falava-se de greve. Tinha-se a impressão de que velhos fantasmas começavam a rondar no escuro.

As próprias palavras pareciam conter explosivos de retardamento. E tanto da parte do Governo ou do público desinformado, o sentimento de culpa.

"a mais perfeita ordem reina em todo o país".

Sinal certo de desordem secreta.

De ameaças virtuais.

De novas catástrofes em perspectivas:

Foi então que o slogan do passado ressurgiu, já agora com nova data.

Lembrai-vos de 63. E numa dupla contradiforia interpretação. Lembrai-vos da magnífica aventura da mocidade de então.

A resposta foi o que sabemos na outra face desse lembrai-vos.

A reação violenta que se seguiu às manifestações da juventude universitária da própria área política.

Reação que até hoje perduta. ((O "suicídio" desse jornalista até então pouco conhecido. Valcimar, veio de repente trazer à tona o que se tinha processando em segredo, no subsolo de "uma ordem aparente".

Se nós tínhamos acomodados entre as tenazes deste duplo terrorismo, o da conspiração clandestina e o da repressão implacável que nem sequer respeita a integridade sagrada dos presos, caminharemos para um futuro semelhante ao desses povos que hoje lutam pela recuperação da liberdade, sem saber como fazê-lo, pois perderam o uso racional dos instrumentos de sua própria libertação.

A prova de que estamos ainda em tempo de reagir, pacificamente e legalmente, contra esse círculo infernal de um duplo terrorismo, está nesse exemplo admirável de protesto, silencioso e religioso, contra a violência, por meio da não violência, que foi esse memorável evento da cerimônia ecumênica, na Catedral Paulistana.

Quero referir-me às palavras candentes com que a direção de uma grande revista científica de estudos sociológicos, "Debate e crítica", anuncia a sua voluntária suspensão, pela impossibilidade de manter, sob a férula implacável da censura prévia pois aceitá-la seria corromper a própria revista e correr o risco de falhar aos requisitos de liberdade e de responsabilidade do pensamento científico. (SIC)

Até quando os responsáveis pelos destinos de nosso pensamento cultural, de nossa tradição histórica e de nossa dignidade moral e religiosa se esquecerão de 37 e de 68?

A tranquilidade deve existir nos Parlamentos, para evitar aquilo que esta Casa foi vítima quando, aqui, há poucos dias, Deputados atemorizados me perguntavam, como na sessão de sexta-feira, conversando, entre si, o que aconteceria com o regime político desta Nação.

Se esses Bispos clamam pela subserviência, pela discórdia na família brasileira, como então, iriam eles, na defesa da família brasileira, à frente desta Assembléia conclamar o povo contra o divórcio? Eminentemente Deputados, então estaria errado...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).—

Nobre Deputado Nilso Sugarezi, excepcionalmente quanto aos meus costumes, assisti o programa a que V. Exa. fez referência e, por tê-lo assistido votarei contra o requerimento do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel. Além do motivo que acho ponderante, no que diz respeito a sustentação deste requerimento em que se procura louvar apenas palavras que não constituem nem representam responsabilidades, numa época em que se exige, principalmente, responsabilidades em relação às atitudes e aos princípios que se defendem.

Gostaria de registrar em que tratando da pessoa e um bacharel, a quem sempre admirei nesta Casa, ex-Secretário de Educação, surpreendeu-me a definição e os conceitos em que o

Dr. Cândido Martins situou a instituição da liberdade.

Evidentemente, que se diga que existe uma liberdade relativa, dentro de nosso País, eu já tinha dito, mas que um bacharel faça e emita tais conceitos como aqueles emitidos pelo Dr. Cândido Martins de Oliveira a respeito da liberdade, nós queremos confessar a nossa grande decepção, registro esse que fazemos amargurados, porque desejo confessar, é difícil conceber-se que honestamente um bacharel possa proclamar a existência da liberdade plena hoje em nosso País.

Por esse motivo e para que não se apague em nosso País, os verdadeiros princípios que constituem alicerces à liberdade, cujo caráter eu acentuo até acima de nossa função material de homens, eu me congratulo com o discurso de V. Exa. e desejo expressar, acreditando que seja essa a vontade de nossa bancada, de votar contrariamente ao requerimento em discussão.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço as palavras de V. Exa., e respeito pela experiência, pela firmeza de posição, espero que também saiba entender a nossa posição.

Reconhecemos o direito que V. Exa. tem, Sr. Presidente, de defender o entendimento que tem da questão, mas esperamos que igualmente, reciprocamente, entenda o nosso direito que temos de divergir.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE.— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para discutir o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por estar abrigado na legenda que dá a execução política do plano nacional ao Governo Revolucionário, e por militar na ARENA desde a sua fundação, por escolha que fiz, pessoal, e por considerar principalmente, que as minhas convicções políticas, estariam como estão na Arena, atendidas principal, ensejando ao meu Partido a liberdade de divergir nas coisas que não considero principal, é que venho para a tribuna na discussão de uma matéria que, se me parecia corriqueira neste Plenário, porquanto, insere tão somente um voto de congratulações a alguém que num programa de televisão fez comentários, e neles inseriu sua opinião pessoal, sobre o que entende existir neste País, no tocante ao clima de tranquilidade, de ordem e de paz social.

Requerimentos da mesma natureza, feitos com o mesmo propósito, enaltecendo homens do mesmo canal de televisão, foram feitos aqui por eminentes deputados do MDB, pretendendo congratulando-se em nome de sua bancada, sobre expressões expendidas naquele canal de televisão, quando por certo, os mesmos homens da mesma empresa discorreram sobre matérias que poderiam ter agradado os homens da oposição.

Eu, que divirjo politicamente do titular do programa que que o Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, mesmo que estejamos sob a mesma legenda, mas que não temos os mesmos métodos de fazer política, porque ele é egresso de um partido e eu egresso de outro, sempre conflitamos em termos de política regional. Venho para poder situar-me no episódio e para, principalmente, dizer que não posso concordar, com o aparte oferecido ao eminente Deputado Nilso Sguarezi pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Citou S. Exa. alguns fatos que são do seu conhecimento também, por ouvir dizer e publicados pela mesma imprensa que

Citou S. Exa. alguns fatos que são do seu conhecimento também, por ouvir dizer e publicados pela mesma imprensa que pretende renegar agora, o que o eminente Deputado Leopoldo Jacomel enaltece.

Que temos, neste País, além da liberdade de escolher e professor a religião que cada um deseja para si e seus filhos, a liberdade total, também de expressão. E isto quer me parecer que seja de uma importância transcendental.

E não posso concordar que se afirme que não há liberdade

no País, quando os órgãos de segurança nacional pretendem preservar a liberdade da grande maioria, restringem a atividade de uma minoria que, na ilegalidade, procura subverter a ordem, na pretendida reorganização de célula de um partido que foi, por lei, e com apoio da própria Oposição, jogado na ilegalidade.

E como tal deve ser mantido.

Todos nós choramos e lamentamos, quando se tem conhecimento de uma injustiça, seja ela contra alguém de projeção à sociedade, ou esteja ela colada contra um anônimo qualquer deste País.

Não vamos estabelecer, nesta tribuna, nem é estas oportunidades, paralelo; não vamos falar de governos de outros países. Vamos respeitar os nossos irmãos que têm o governo que eles escolheram ou permitiram que se instalasse contra sua própria vontade, quando totalitários, mas vamos desta tribuna, por um dever de justiça, render ao menos uma homenagem aqueles que têm sabido preservar para este País, o clima que nós entendemos é de tranquilidade, é de ordem, é de paz social.

E nós, assistimos, aplaudimos, porque respeitamos aos homens da oposição, quando defendem a restauração das liberdades plenas e totais.

O que deveremos, isto sim, nesta oportunidade fazer, eminente Deputado Osvaldo Macedo, é verificar se a autoridade está responsabilizando o cidadão que cometeu o delito.

Quer me parecer que se pretendeu hoje nesta Casa colocar a nível de comportamento de um tenente ou de um sargento, o comportamento do governo revolucionário.

Posso até votar contra o requerimento do eminente Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. OSVALDO MACEDO.—

Eu aguardo a permissão para apartear-lo.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas devo significar que ouvi o programa e o aplaudi pela primeira vez, porque não concordei com os termos de um sem número de programas pelo eminente comentarista apresentado.

Concedo o aparte a V. Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO.— Quero crer que não foi por má fé, mas talvez por escassez de vocabulário, que V. Exa., tenha, de início no seu pronunciamento, tentado jogar-me contra a imprensa...

O SR. IVO THOMAZONI — Absolutamente.

O SR. OSVALDO MACEDO — ... como se eu estivesse condenando, para desaproveitar o requerimento do Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. IVO THOMAZONI — Não disse que discordo, disse que com ele tenho litígio de ordem política...

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. disse que tem divergência pessoal, com o autor das palavras.

Primeiro não pusemos em discussão o que V. Exa. quis discutir.

Parece-me até que é um expediente não muito leal por em discussão, determinadas questões.

V. Exa. falou na liberdade de ir e vir que existe neste País. Poderia citar mais.

Poderia citar o esquadrão da morte em S. Paulo, O Delegado Fleury que foi ao Rio, ainda há pouco tempo, para matar.

Ou falar de Santo Antônio do Caiuá,...

Mas, V. Exa. sabe que isto acontece realmente, isto frutifica com a maior prodigalidade nos regimes de exceção. E V. Exa. e eu vou aplaudir-lo agora, V. Exa. condenou também, ou concordou conosco quando condenamos o AI 5...

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Osvaldo Macedo, vamos dialogar.

Respeito os Deputados do MDB desta tribuna quando apregoam a revogação do AI 5, muito embora eu não concorde

com V. Exa. que o AI 5 seja hoje, um monstrengo . . .

O SR. OSVALDO MACEDO — Um aleijão talvez.

O SR. IVO THOMAZONI — Ou um aleijão.

V. Exa. não vai pretender que isso se faça do dia para a noite.

O SR. OSVALDO MACEDO — Não, no programa do seu Partido isto não consta. Eu o conheço e eu o li.

Não há em nenhuma palavra, defendendo o AI 5.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeito.

V. Exa. está dialogando comigo e vai me permitir:

Ao seu tempo nós alcançaremos liberdade plena.

Eu afirmei isto, eminente Deputado, só que V. Exa. não fez referências a esta minha afirmação.

Eu me permitiria também dizer que, quando se defende um liberalismo, se corre o risco de jogar este País num clima agitação, como tantos outros, quando tantos outros enveredam por este caminho sob a pretensa argumentação de conferir ao povo, um regime de liberdade sem responsabilidade.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).—

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, nós que conhecemos de perto a sua atuação como parlamentar, e conhecemos também de perto a vida política e hoje como repórter de televisão, o ex-Deputado Cândido Martins, devo, por dever de consciência, ainda reportar o meu pronunciamento num aparte do nobre Deputado Osvaldo Macedo.

Devo dizer ao Deputado Ivo Thomazoni que nos exemplos que Osvaldo Macedo citou fôssemos a cada um deles, se nos fosse possível, fazer um levantamento se são eleitores da Arena e do MDB, devo dizer-lhes seguramente que quase todo ou todos eles se caracterizam como eleitores do MDB.

Pelo seu comportameto, pelas suas atitudes drásticas, e mesmo a invasão de idéias semeadas nas tribunas das Assembléias,

Devo dizer que é uma exigência a existência de Atos institucionais, para que este fenômeno, para que o abuso de poder, para a insufrção da comunidade contra os governos não existam faz com que seja necessária a existência do AI 5.

Defendemos os Atos Institucionais, enquanto todos os atos institucionais, enquanto vimos ameaçada a nossa liberdade e a liberdade do povo, que nos confia à tribuna para defender a sua liberdade.

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, nobres Deputados do MDB, acreditamos que todos nós, damos o testemunho de sermos amantes da liberdade, quando damos o nosso nome no julgamento popular, para virmos no exercício do poder político à tribuna desta Casa de Leis, falar sempre em nome do povo, evidentemente, no exercício desta liberdade.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Quielse.

Agradeço o aparte de V. Exa. e me permitiria fazer um breve retrospecto destes 11 anos de vida revolucionária neste País.

Desejava apenas, para que juntos pudéssemos neste retrospecto significar alguma coisa, mesmo a existência de atos de excessão neste País nos últimos anos, e o governo central tem demonstrado não desejar usá-lo na aplicação do cerceamento da liberdade de ninguém.

Quando o AI 5, foi usado neste País nos últimos anos, ele foi o contra homens de nosso Partido para combater a corrupção, e ser também usado para combater e evitar a subversão.

Significa mais do que nunca, que ele existe, não para ser usado contra os homens que contestam a sua existência, mas existe mais para garantir ao Governo Central a continuidade administrativa de uma ordem implantada em 1964.

E houve distenção de 64 para cá. Há medida que os anos passaram, estão se levantando muitas das restrições impostas pelo movimento revolucionário de 1964.

Nos seus primeiros meses, a imprensa é testemunha disso, havia censura prévia.

E essa censura prévia, já algum tempo, foi levantada.

Não seria a apreensão do número de uma revista que, por conter um artigo considerado subversivo, vá isso significar que nossa imprensa está amordaçada. . . Porque não está.

Há liberdade de imprensa.

Tanto que os próprios veículos de divulgação que são entregues à exploração de particulares, permanecem nas mãos daqueles que, muitas vezes, tanto se tem oposto a atitudes governamentais.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).—

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, em toda e qualquer ocasião poderia ser veemente,

É porisso que pedi este aparte a V. Exa. para, não fazer um reparo, mas para deixar, mais uma vez, bem clara, uma posição afirmativa por mim proferida.

Nós estávamos argumentando e justificando aquela afirmativa do ex-vice-Presidente da República do seu Partido, Pedro Aleixo, quando disse que “o mal dos regimes de exceção não são os governos, mas os guardas de exceção, que se sentem acobertados pela exceção”.

Se a Lei limita o direito do homem, limita o direito do particular, ela tem que limitar o direito do Estado, dos governantes diante do particular.

Não podemos nunca admitir que o Governo, o Estado, tenham o direito absoluto sobre o homem, sobre a pessoa humana.

Hoje, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. que conhece História, sabe que o AI 5, confere ao Presidente da República poderes que nem o Imperador tinha, neste País.

Poderes absurdos, Porque nós sabemos que mesmo dentro do sistema existem discordâncias, divergências, sobre a sua revogação, ou não.

Eu fico até entristecido quando vejo políticos do seu e do meu Partido, defenderem esses instrumentos de exceção.

Porque está ele contribuindo e colaborando justamente com aqueles radicais do sistema, que não pretendem, de nenhuma forma, a volta à normalidade democrática. Mesmo sabendo, Sr. Deputado, mesmo discordando até da posição política do Sr. Presidente da República eu até tenho enaltecido a atitude e o comportamento que ele tem tomado nos últimos tempos, declarando-se um homem da ARENA, incentivando e até empurrando seu Partido para vencer eleições. Por ele estar assumindo posição política, mesmo que essa posição seja contrária, ao MDB mesmo que nesta postura se pretenda a derrota do MDB, já vemos como um bom sinal para a retomada e conquista de democracia neste país.

Portanto, que V. Exa. usando a sua força de liderança, não permita que também na sua bancada surjam vozes, que ao invés de incentivar aqueles que querem encontrar o bom caminho, procurem enaltecer e dar cobertura àqueles que não querem, de nenhuma forma, o regime de plena liberdade. Porque liberdade, porque muitos estão, não sei se por «excesso» de bajulação ou para chamar a atenção, sendo mais realista do que o rei.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. afirmou que o regime de exceção — é responsável ou provoca a violência. V. Exa. é um homem atualizado; demonstra, em todas as suas intervenções ser um homem culto e, além do mais, um homem que lê. Perguntaria a V. Exa. como define V. Exa. o regime vigente nos Estados Unidos da América do Norte.

O SR. OSVALDO MACEDO — De plena liberdade...

O SR. IVO THOMAZONI — E por ser de plena liberdade...

O SR. OSVALDO MACEDO — ... e respeitado, sobretudo, pelos governantes.

O SR. IVO THOMAZONI — ... e respeitada sobretudo pelos governantes.

Eu me permitiria também o direito de indagar de V. Exa., se V. Exa. desconhece que é exatamente naquele País onde se cometem os mais bárbaros crimes de que tem conhecimento a história deste planeta. Naquele regime de tanta e plena liberdade, ainda se vê, com desagrado, principalmente nós os brasileiros vemos compungidos, o fato de um irmão branco não cumprimentar sequer um irmão preto, porque não admite que ele conviva na mesma rua, no mesmo bairro, na mesma escola, na mesma casa comercial; como vê V. Exa. e como explica V. Exa. que num regime de tanta e plena liberdade, diariamente se pretenda tirar a vida do governante que é o Presidente da República, num movimento sucessivo e a história está aí a registrar atentados de toda sorte.

Mas se nós fôssemos analisar um regime totalitário, como o da Rússia, por exemplo, V. Exa. também haveria de concordar conosco que milhares e milhares de pessoas, que não tem direito nenhum, reconhecido pelo Governo, são degradadas, confinadas a viver num regime de trabalhos forçados na Sibéria; impedidos até de receber prêmios, quando o mundo reconheceu neles o direito de receberem o Prêmio Nobel da Paz, ser impedido de saírem das fronteiras do país para receberem o reconhecimento do mundo por aquilo que escreveram, por aquilo que fizeram ou disseram e que poderia dignificar a pessoa humana. Mas é um regime que uma das maiores potências deste planeta, que cerceia liberdades, que esmaga, que persegue e que violenta, como é, também, o regime mais democrático que aquele que invocamos como exemplo daquilo que nós queremos que não tem podido coibir, nem com a própria autoridade, que invade o recesso até de uma sede partidária de um partido político de oposição para bisbilhotar, para denunciar, para cercear, que coloca um serviço de inteligência contra os direitos e a liberdade do cidadão.

Como falar-se deste país, dizendo que aqui não tem liberdade; quando aqui o brasileiro ergue as mãos para o céu para dizer que não há nenhuma violência a quem se conduzir dentro da lei e quando se conduz fora dela há a restrição e a punição que o governo impõe para manter a ordem e o respeito.

Não posso concordar com V. Exa. que culpa o regime, em que vivemos, como responsável por alguns crimes isolados que ocorrem, sem que tenha havido a participação de nenhuma autoridade e eu repito V. Exa. para que aponte uma autoridade mandante ou uma qualquer instituição que aqui não existe, mas lá existe serviço até do Governo, para tirar a vida do cidadão quando este se apresente como contestador do regime.

É neste particular que eu detenho para dizer que não concordo com V. Exa. de que este regime esteja a propiciar a sublevação da ordem. Muito pelo contrário, o regime, com os dispositivos de exceção que tem, é que está coibindo que neste país, se implante um clima de desordem e de desagregação que existe campeando na grande maioria dos países do universo, do globo.

É neste particular que me detenho para contestar V. Exa. para que V. Exa. me explique se o Governo democrático, que nós sonhamos para o Brasil, não pode coibir crimes que são muito mais odiondos do que estes que V. Exa. acabou de citar.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiro a censura de imprensa. V. Exa. diz que não há, que foi levantada a censura prévia. V. Exa. é um mal informado.

O SR. IVO THOMAZONI — A censura prévia foi levantada.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. sabe que sim ou está muito mal informado. V. Exa. sabe que a revista "VEJA",

que o "Pasquim" que "Ele e Ela" estão sobe censura prévia? que o SÃO PAULO, que a OPINIÃO, que o MOVIMENTO, também estão?

Se não sabe devia saber, porque V. Exa. é um homem que defende o Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Pergunto a V. Exa., os periódicos da imprensa séria deste país, tem censura prévia? O Estado de São Paulo tem? O GLOBO, o Jornal do Brasil tem?

O SR. OSVALDO MACEDO — A Tribuna da Imprensa tem.

O SR. IVO THOMAZONI — O Diário do Paraná, o Diário Popular não têm, eminente Deputado, e V. Exa. sabe disto. Quando o Pasquim deseja fazer gozação com o sistema e com os homens que dirigem este poder...

O SR. OSVALDO MACEDO — A revista VEJA não é imprensa séria?

O SR. IVO THOMAZONI — ... neste instante o Governo deve coibir.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pergunto a V. Exa. se a revista VEJA não é imprensa séria.

O SR. O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que a palavra está com o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. OSVALDO MACEDO — O Deputado Ivo Thomazoni havia permitido o diálogo. Pergunto a V. Exa. se a revista VEJA é ou não é imprensa séria.

O SR. IVO THOMAZONI — Nada me obriga, eminente Deputado, que eu responda a uma pergunta que entendo ser capciosa.

O SR. OSVALDO MACEDO — A afirmativa foi de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Mesmo porque, eminente Deputado, não me consta em que a palavra de V. Exa., neste debate acalorado e até emocional, não me mereça fé, quando afirma que um órgão da imprensa Nacional está ainda sujeito à censura prévia. Porque assisti, nobre Deputado, Osvaldo Macedo, participei de inúmeras reuniões com diretores de editoras e dos mais eminentes diretores dos jornais de maior tiragem deste Estado e todos eles e sem exceção afirmaram que a censura prévia não existia mais, e V. Exa. sabe disto. No entanto, V. Exa. pretende me atirar contra o PASQUIM, jornal que eu não leio.

O SR. OSVALDO MACEDO — VEJA, V. Exa. lê?

O SR. IVO THOMAZONI — Leio e vejo inseridos naquela revista, declarações especialmente de parlamentares do MDB, sem cortes.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. teve oportunidade de ler algo do discurso do Senador de seu Partido, o Sr. Jarbas Passarinho, comparando a censura do Brasil à censura russa?

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado, se nós formos comparar o regime de liberdade deste País com o regime da Rússia...

O SR. OSVALDO MACEDO — Mas foi o Senador Jarbas Passarinho quem comparou.

O SR. IVO THOMAZONI — ... nós deixaremos V. Exa. numa situação difícil.

O SR. OSVALDO MACEDO — Por que a mim? V. Exa. vai esclarecer a afirmativa.

O SR. IVO THOMAZONI — Porque não me cabe, eminente Deputado, informar a V. Exa. porque o mundo tem conhecimento do cerceamento de liberdade que existe naquele País, e não tenho conhecimento, nobre Deputado, que os nossos intelectuais, os intelectuais deste País, que ajudaram sempre a escrever a História deste País, com páginas de heroísmo, estejam submetidos ao regime de cerceamento.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu citei o Senador do seu Partido, Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação e Cultura.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — V. Exa. me concede um aparte ? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, quero inicialmente apresentar as minhas congratulações a V. Exa., pela magnífica definição que está nesta tarde fazendo, quanto à segurança, à ordem que se observa em nosso País. Em testemunho a estas brilhantes palavras que vem pronunciando V. Exa. quero dizer das observações que tenho feito como cidadão brasileiro ocupando função, na sociedade, e, comparando estas observações com notícias que vêm de outros países damos graças a Deus por vivermos no Brasil.

Porisso, nobre Deputado, votaremos a favor do requerimento não apenas em relação ao autor das palavras proferidas no Canal de Televisão, mas pela profundidade do assunto, pois a Revolução que se instalou no Brasil foi uma Revolução popular, uma Revolução democrática, e, todo o apoio deveremos dar como parlamentares, para que as instituições democráticas cada vez mais se fortaleçam.

Era só, obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte ? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, eu ouvi com atenção — aliás como tenho sempre feito nesta Casa e especialmente o Deputado Osvaldo Macedo que sempre traz até mesmo contribuições literárias para nós outros menos afeitos a esta coisa.

Mas nobre Deputado Ivo Thomazoni, se bem entendi, o Deputado Osvaldo Macedo quis chamar alguém de bajulador ou serviçal ao rei, ou coisa assim. Saibam, Srs. Parlamentares que bem me conhecem de outras legislaturas, que ninguém, nem mesmo Osvaldo Macedo haverá de inserir meu nome num rol destes. Contudo, eu devia dizer que vejo hoje a necessidade de definir mais especialmente os pronunciamentos sucessivos do Deputado Osvaldo Macedo como incoerentes, incoerentes, porque se caracterizam frontalmente como parlamentar de posição definida e contrária aos Atos Institucionais. Contudo, já é matéria de discussão anterior, nesta Casa, quando o próprio Deputado e ilustre parlamentar Osvaldo Macedo diz através de requerimento ou proposição sua se bem me lembro, dividir as atribuições do Ato Institucional nº 5, com este Poder e o Poder Judiciário. Se ele é contra a existência de um ato Institucional, como é que ele pretende, através do Poder a qual pertence, fazer que sua voz seja ouvida através do Ato Institucional nº 5. Então, nobre Deputado Ivo Thomazoni, não está havendo coerência deste parlamentar com relação ao seu posicionamento com relação ao Ato Institucional, se me fiz entender, dizer que sou daqueles que acredita seja a maioria desta Casa, senão a totalidade, gostaria que os Atos Institucionais, especial o número 5, não existisse, não fosse necessária a sua existência. Não sou um defensor dos Atos Institucionais, gostaria que eles não existissem, mas infelizmente eles são necessários, são necessários e eu acho que não é atribuição deste Poder, nem mesmo do Poder Judiciário e sim atribuição precípua daqueles que zelam exclusivamente pela liberdade brasileira que é o Governo Central a manutenção deste ato, porque a eles cabe o estudo da vigilância necessária e não a nós parlamentares que estamos aqui no gozo da liberdade que nos conferiram, liberdade que eles criaram para a nossa defesa a defesa da nossa família e da liberdade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo que lhe é reservado e concedo mais dois minutos para concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu concluo. Primeiramente para significar ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo que eu havia compreendido o alcance de seu aparte porque conheço V. Exa. e o espírito de V. Exa. sempre colocado a favor daqueles

que lutam por um País tortalecido e, pelo clima de ordem, de tranquilidade e de paz social é que nós vivemos neste País. Mesmo porque, o movimento revolucionário de 64 não se fez na calada da noite e nem foi um movimento de militares; foi um movimento que surgiu da vontade do povo brasileiro, das mulhães, dos jovens, dos trabalhadores e dos intelectuais também. Veio, para por um paradeiro ao clima de desordem imperante neste País, para dizer um “basta” ao liberalismo enconsequente, que estava a nos levar para caminhos escuros. Veio para impor um clima de ordem; veio para assegurar-nos um progresso com segurança. Liberalismo que a UDN defendia mas que seria impotente, de assegurar a Nação, diante da ação do peleguismo que imperando neste País, subverteu a ordem das coisas com os comícios da Central do Brasil, nos empurrando para os braços de uma filosofia espúria de governos totalitários.

Não foi um movimento revolucionário igual àquele do golpe de Estado de 37, quando os congressistas compareceram à sede do Congresso, à Câmara Federal e foram informados por um sargento de que o poder não existe, porque as portas estavam lacradas, e convidados foram os congressistas a se dirigirem às suas residências onde ficaram por tantos e tantos anos. Porque neste País, impuseram constituições copiadas como a constituição polaca, sem nenhuma identidade com os sentimentos cristãos e de brasilidade, deste povo, que hoje tem a assegurar-lhes o direito, a liberdade de se constituir famílias, sob este cruzeiro do sul, sem que alguém esteja nos seus costados e ditar-lhes os passos e tão somente tenha alguém para preveni-los. O que nós queremos como Nação, é o que desejamos para os nossos filhos, nada mais que isso.

Lamento, que se conteste o regime, porque é este o regime pelo qual, Deputado Muggiati Filho, a UDN tanto se bateu. E nós haveremos de chegar à plenitude democrática, se soubermos ser pacientes para entendermos a hora da revogação dos atos institucionais.

O SR. MUGGIATI FILHO — e qual a diferença, nobre Deputado, entre o AI-5 e a Constituição de 37?

O SR. IVO THOMAZONI — O AI-5, não é peça de nossa Carta.

O SR. MUGGIATI FILHO — Está acima da Carta.

O SR. IVO THOMAZONI — Ele está para preservar que a Carta não seja conspurcada, para evitar, até que, neste País, as liberdades nela asseguradas, não sejam — e não o serão — objeto da vontade de uma minoria. Minoria que, quando ativa — e a História do mundo aí está a nos dizer — submete a maioria à sua vontade, ao seu tacão.

E daí sim, as liberdades preconizadas, hoje, embora existam...

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre Deputado apenas permita-me duas palavras: para fazer justiça: Na Constituição de 37, Vargas, também disse “nem fascismo, nem comunismo”. Então, V. Exa. faz um paralelo injusto, porque V. Exa. acha que a Constituição de 37 é POLACA. Neste caso, o AI-5 é o marido da POLACA.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado, a ironia de V.

Exa. me faz sair da tribuna com o espírito desarmado. Mas, não sem reconhecer que V. Exa. deu um colorido a este augusto plenário, pretendendo, naturalmente, comparar o Ato Institucional número 5, que o povo aplaudiu, no episódio Wilson Campos; que o povo aplaudiu em tantos episódios. Porque, se a classe política, que é a nossa, infelizmente não soube fazer justiça, usando das instituições que estão a seu serviço, o AI-5, soube fazê-lo sob os aplausos populares.

É esta a razão pela qual eu me permito dizer que, se não for hoje o dia, será amanhã...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Apenas para lembrar, nobre Deputado, que disse bem o nobre Deputado Muggiati Fi-

lho dizendo que o AI-5 é o marido da POLACA, porque é ao marido que cabe o respeito da mulher.

OSR. IVO THOMAZONI — Saio desta tribuna sem ter pretendido polemizar.

Quero acreditar que este diálogo tenha servido, pelo menos, para posicionar minha bancada, a ARENA, diante do episódio suscitado na discussão do requerimento de autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para complementar, nobre Deputado Ivo Thomazoni, ficou tudo em família. Vamos votar tranquilamente, acho que cumprimos com a nossa obrigação.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo para discutir o requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui eu não viria, e daria o assunto por encerrado se não fosse a ilusão de ótica, ou defeito de ouvido do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Viu o Deputado que fala muito e diz pouco, contradição na minha conduta nesta Casa. Se mais prestasse atenção, ou se tivesse boa memória, veria que nunca me contradisse, pensando inclusive, que isso não saiu de sua memória, nem saiu porque lhe foi soprado.

Mas, vou lhe esclarecer para não ficar nenhuma dúvida: no dia 1º de agosto de 1975, o Senhor Presidente da República ocupou os canais de televisão deste País, para fazer um frustrante e decepcionante discurso, naquela ocasião em que S. Exa. mesmo, pôs por terra a política da distensão que havia anunciado.

Foi um momento de agonia para a classe política, porque diante da força de então, não se via mais saída. O Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, lançou uma nota em que analisava amiúde e por inteiro o Ato Institucional número 5, e mostrava que um Poder detinha ou trazia para si os poderes: os poderes do Legislativo e do Judiciário e condenou até com veemência, com veemência que desgostou os homens do governo. E eu me lembro que terminava citando Jordano Bruno: "que ingenuidade a minha, pedir aos homens do Poder que que reformem o Poder".

E nós viemos a esta mesma tribuna e neste mesmo local, para ler a nota Presidente do MDB, condenando a miúdo e por inteiro, o Ato Institucional número 5, e a lemos para que constasse dos Anais da Casa. E se lemos, é porque concordamos com ela, porque além das palavras dele, acrescentamos também as nossas, de condenação a esse instrumento de exceção.

Mas, na mesma ocasião, porque já não víamos saída e diante da afirmativa do Sr. Presidente, da República, de que para o momento, não poderia de forma nenhuma abrir mão do AI-5, nós propusemos aqui, que se ele considerasse válida essa afirmativa, que tivesse o despreendimento de não assinar sozinho, que mostrasse esse despreendimento, porque nós julgávamos, e consta dos Anais, porque entendíamos e continuamos entendendo que este Ato que ofende à consciência jurídica deste País, e de qualquer país civilizado, que por muito tempo teremos vergonha de fazer referência a ele, que ele tenha existido na nossa história, dizíamos, que achávamos que ele deveria ser revogado incondicionalmente e de imediato.

Portanto, não houve contradição nenhuma e não haverá jamais de nossa parte. Fomos sempre de formação essencialmente democrática e legalista, porque nos formamos politicamente ou tomamos consciência política durante o período de governo de

Juscelino Kubitschek, que foi um governo legalista e nós que estudamos direito e aprendemos a amar à Constituição e a respeitá-la, não podemos viver e nem entender que um país viva sem constituição como vive o Brasil atualmente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar, nobre Deputado, devo dizer-lhe que não sou muito afeito à ofensas pessoais. Jamais, em minha vida

política ou vida particular, haverá de encontrar V. Exa. alguém que diga que fui um provocador de incidente ou que fui provocador de colegas, na tribuna ou fora dela. Mas, jamais V. Exa. haverá de encontrar algum Parlamentar ou alguém que me conheça de perto que diga que eu tivesse fugido de uma luta, do jeito que ela vier. E quero dizer, nobre Deputado, que não sou cego, nem surdo, nem mudo nem mentiroso. Para lhe mostrar que até com esta luz escura posso ler muito bem, ler bem a sua incoerência, nobre Deputado Osvaldo Macedo, porque V. Exa., quando diz ser contra o Ato Institucional nº 5, preconiza sua participação no exercício dele, requerendo ao Presidente da República, nos seguintes termos:

"Sugestão do Deputado Osvaldo Macedo, apresentada ontem à Mesa da Assembléia, reivindica do Presidente da República que dentro do processo gradual e lento, dentro da redemocratização, e numa demonstração de honestidade de suas pretensões, devendo instalar no país, o Estado de Direito, haja por bem, por sua iniciativa, dividir com o Presidente do Legislativo e do Judiciário, os poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo AI-5".

Ora, dividir com este Poder o Ato Institucional nº 5, é querer V. Exa. participar dele. Como V. Excelência quer que nos convençamos, nobre Deputado, que V. Exa. é contra a necessidade dum ato Institucional, se V. Exa. insiste em querer fazer parte dele, no exercício das funções parlamentares.

Com toda a sua capacidade intelectual, de jurista emérito e de homem que sabe falar, V. Exa. não sabe convencer. O nobre Deputado disse que falo muito e não digo nada, mas agora vou falar pouco e dizer tudo. V. Exa. não sabe o que quer e não sabe o que diz. Já disse que era contra o Ato Institucional e já disse oficialmente nesta Casa, que este poder deve repartir com o Poder Central, o exercício de um ato. Agora, V. Exa. se preconiza contra e, portanto, é incoerente. V. Exa. fala muito e não diz nada, V. Exa. é autor de suas próprias idéias e as diz no sentido de lançá-las a mim. Acredito que com as provas que tenho nas mãos falei pouco e disse tudo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Nobre Deputado, se V. Exa. tivesse sido mais racional diria melhor.

Vou repetir aqui, pela terceira vez, o que já disse em outras vezes — "se meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou".

Consta do requerimento que faço e que assino, consta dos Anais desta Casa, tenho boa memória, e já disse o porque e em que ocasião, que se vim à tribuna para condenar o Ato Institucional número 5, como sempre condenei, foi porque sempre defendi o estado de direito.

Disse, diante das palavras do próprio Presidente da República, que dentro de sua política gradual e lenta, deveria ter o despreendimento de não enfeixar sozinho em suas mãos, por sua iniciativa e dentro da sua honestidade de propósito. Tanto que naquela ocasião, se bem me lembro, a bancada da ARENA se retirou porque sabia que perderia a votação nesta Casa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Este Deputado da Tribuna respondeu o seu requerimento nos mesmos termos em que estou respondendo hoje. O meu pensamento a respeito dos Atos Institucionais é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo que só pode fazer uso da palavra se for concedido aparte.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. não me permitiu que respondesse. Este mesmo requerimento feito no começo de setembro eu o repetiria agora para cobrar os bons propósitos do Sr. Presidente da República; para cobrar o seu desprendimento de provocar a redemocratização pelo processo gradual e lento.

Sempre disse que as soluções democráticas deverão vir pelos meios pacíficos. No dia 8 de maio de 1975, ocupei a Tribuna desta Assembléia para, ao comparar o Ato Institucional nº 5 à forma mais absoluta de poder, dizer que a redemocratização, pela forma gradual e lenta que pretendia o Sr. Presidente da República, não era inédita neste país, porque todos os Ministérios do Império haviam prometido abolir a escravidão por uma forma gradual e lenta que começou com a lei de 7 de novembro de 1831 e só terminou 57 anos depois.

Mas, dizia eu, que se não estava ao meu alcance, nem ao nosso alcance abolir de uma vez por todas, de forma incondicional e imediata, o Ato Institucional nº 5, que o Sr. Presidente da República desse uma demonstração de seu desprendimento e não enfeixasse sozinho em suas mãos todo o poder que ele detém.

V. Exa. entendeu naquela ocasião e entende agora, não houve contradição e não há contradição, porque se isto valeu para que tenhamos a redemocratização neste país, eu reafirmaria este propósito, eu reafirmaria este requerimento, como reafirmo agora, e gostaria que V. Exa. o aprovasse, se V. Exa. o entendes-

se, mas, ou V. Exa. não entendeu, ou V. Exa. pretende realmente me provocar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tendo decorrido as 4 horas regimentais da sessão, vou dar por encerrada a presente sessão, ficando o Deputado Osvaldo Macedo, com direito a mais 50 minutos para discutir o requerimento, na próxima sessão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, não seria possível eu requerer oralmente, se o Regimento me permite, o prolongamento da sessão?

O SR. PRESIDENTE — Não.

Mas V. Exa. tem ainda 50 minutos para discutir a matéria na próxima sessão, que será amanhã, ou, segunda-feira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Ezequias Losso, para representarem a Bancada da ARENA no Simpósio que a Fundação Milton Campos realizará em Brasília. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente, marcando ainda para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, a 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 132/75, do Orçamento Geral do Estado.

Levanta-se a Sessão.